



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

EDITAL

Nº. 30/2014

Projeto de Alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais

Apreciação Pública

-----Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vice - Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, torna público, que esta Câmara Municipal em reunião ordinária de 2 de julho de 2014 aprovou a Proposta de Alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, e respetiva Fundamentação Económico-Financeira, a qual, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, é submetida à apreciação pública pelo período de 30 dias a contar do dia 31 de julho de 2014, conforme publicação no Diário da República, 2ª. Série – nº. 145, de 30 de julho de 2014, e poderá ser consultada nos Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Mortágua, dentro das horas de expediente, bem como no sítio do Município de Mortágua na Internet (www.cm-mortagua.pt).-----

-----As sugestões ou observações que os interessados entendam formular, deverão ser reduzidas a suporte escrito endereçado ao Presidente da Câmara Municipal de Mortágua.-----

-----Para constar e devidos efeitos, se lavrou o presente edital e outros de igual teor que vão ser publicados.-----

31 de julho de 2014

O VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA

(Dr. Paulo Alexandre de Oliveira)

relação jurídica de emprego público, por motivo de aposentação, com o trabalhador abaixo indicado:

Carlos Alberto Fernandes, com a carreira/categoria de assistente operacional, posicionado na 08.ª 09.ª posição remuneratória, no nível remuneratório 8 e 9, desligado do serviço a partir de 1 de abril de 2014.

14 de julho de 2014. — O Presidente da Câmara, *Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães*.

307965147

MUNICÍPIO DE MORTÁGUA

Aviso n.º 8769/2014

O Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, torna público que esta Câmara Municipal em reunião ordinária de 2 de julho de 2014 aprovou a Proposta de Alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, e respetiva Fundamentação Económico-Financeira, a qual, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, é submetida à apreciação pública durante o período de 30 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Durante o referido período a Proposta de Alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, e respetiva Fundamentação Económico-Financeira, poderão ser consultadas nos Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Mortágua, dentro das horas de expediente, bem como no sítio do Município de Mortágua na Internet (www.cm-mortagua.pt).

As sugestões ou observações que os interessados entendam formular deverão ser reduzidas a suporte escrito endereçado ao Presidente da Câmara Municipal de Mortágua.

18 de julho de 2014. — O Presidente da Câmara, *Eng. José Júlio Henriques Norte*.

207985243

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

Edital n.º 687/2014

José Alberto Pacheco Brito Dias, presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra:

Torna público que a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, em reunião ordinária realizada em 14/07/2014, no uso dos poderes regulamentares conferidos às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e no preceituado na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar o Projeto de Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Pampilhosa da Serra. Assim, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, durante o período de 30 dias, a contar da data da publicação do presente Edital no *Diário da República*, é submetido a apreciação pública o referido Projeto de Alteração ao Regulamento, durante o qual poderá ser consultado na Secretaria desta Câmara Municipal, durante as horas normais de expediente, e sobre ele serem formuladas, por escrito, as sugestões tidas por convenientes, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra.

A apreciação pública visa a recolha de observações ou sugestões que os interessados queiram formular sobre o conteúdo daquele Projeto de Alteração ao Regulamento em questão.

Para se constar, se lavrou o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

15 de julho de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, *José Alberto Pacheco Brito Dias*.

Projeto de alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação do Município de Pampilhosa da Serra

Nota justificativa

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março (10.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro), alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro e Decreto-Lei n.º 266-B/2012 de 31 de dezembro (adiante designado por RJUE), e do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, que simplifica o regime de acesso e de exer-

cício de diversas atividades económicas, no âmbito da iniciativa designada «Licenciamento Zero», e ainda com o novo quadro jurídico para o licenciamento do setor da indústria, Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, que aprova o Sistema da Indústria Responsável (SIR), torna-se necessário proceder à alteração do Regulamento municipal de urbanização e edificação do município de Pampilhosa da Serra.

Em traços gerais, a publicação e a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, na sua atual redação, veio provocar um conjunto de alterações, quer de natureza formal, quer de natureza substantiva, ao regime jurídico da urbanização e da edificação e que, sumariamente, abaixo se indicam:

a) Reforço dos mecanismos de simplificação administrativa, com uma nova delimitação do âmbito de aplicação dos diversos procedimentos de controlo prévio, ou seja, licença administrativa, comunicação prévia e autorização de utilização;

b) Neste contexto, a par da licença e da autorização de utilização, a comunicação prévia passa a ser uma espécie de procedimento de controlo prévio, afastando-se da lógica de exceção — Isenção — até aqui consagrada na configuração de tais mecanismos de controlo;

c) Ainda neste domínio, é eliminada a exigência até aqui perfilhada no necessário encaminhamento das operações urbanísticas materializadas em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, sendo as mesmas, para efeitos de controlo prévio, enquadráveis no regime da comunicação prévia, com garantia de simplificação administrativa;

d) É estabelecido um regime de isenção relativamente à instalação de painéis solares foto voltaicos e de geradores eólicos, tendo como pano de fundo o conceito de escassa relevância urbanística, incluindo-se aqui, também, os coletores solares térmicos para aquecimento de águas sanitárias e desde que sejam observados os requisitos, para o efeito, estabelecidos no artigo 6-A do RJUE;

e) Reforço de uma cultura de responsabilidade dos autores intervenientes no âmbito dos procedimentos tendentes à aprovação de operações urbanísticas, dispensando-se, ao nível dos projetos de engenharia das especialidades, a instrução, a intervenção de entidades exteriores ao Município, quando tais projetos sejam acompanhados por termos de responsabilidade submetidos por técnicos autores de projetos legalmente habilitados;

f) Neste sentido, é também abolido o expediente processual de vista promovida pelo Município ou por entidades exteriores, em vista à prova de conformidade do efetivo cumprimento e/ou conformidade dos projetos que estiveram na génese do auto de aprovação da operação urbanística — edificação — quando seja também apresentado termo de responsabilidade subscrito por técnico autor do projeto legalmente habilitado, reforçando-se, mais uma vez, a cultura de responsabilidade e de confiança nos autores envolvidos;

g) É estabelecida a possibilidade jurídico-administrativa de delegação de competências para a prática do ato de rejeição das comunicações prévias originalmente confiada ao Presidente da Câmara, não só à escala dos Vereadores, com faculdade de subdelegação, alargando-se, agora, o mecanismo de desconcentração de poderes ao nível dos dirigentes, numa perspetiva salutar de despoliticização dos atos de gestão urbanística;

h) Em matéria de emissão de alvarás, é clarificada a matéria no sentido de que a titularidade do alvará de utilização dos imóveis se transfere automaticamente com a transferência da propriedade dos mesmos;

i) Introdução de um regime excecional no que diz respeito aos prazos concedidos face à execução das operações urbanísticas para a apresentação do requerimento de emissão dos respetivos títulos e para o regime de caducidade, alargando-os de forma bastante significativa, sendo aumentado para o dobro, à luz do regime excecional de expansão de prazos previstos no artigo 3.º do Decreto Preambular que aprovou a 10.ª alteração ao RJUE.

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, introduziu medidas de simplificação ao regime de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento Zero», destinadas a reduzir encargos administrativos sobre os cidadãos e empresas, nomeadamente:

a) Cria o regime de comunicação prévia com prazo, a efetuar pelo interessado no «Balcão do empreendedor», quando a instalação ou modificação de um estabelecimento abrangido pelos n.ºs 1 a 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, depender de dispensa prévia de requisitos legais ou regulamentares aplicáveis às instalações, aos equipamentos e ao funcionamento das atividades económicas a exercer no estabelecimento;

b) Cria o regime da operação urbanística sujeita a comunicação prévia, a efetuar pelo interessado no «Balcão do empreendedor», quando o interessado na instalação de um estabelecimento necessitar de realizar operações urbanísticas sujeitas a comunicação prévia, nos termos do n.º 4 do artigo 4.º do RJUE;

c) Cria a possibilidade do interessado solicitar no «Balcão do empreendedor», a utilização de edifício ou de suas frações para



MUNICÍPIO DE MORTÁGUA

Câmara Municipal

REUNIÃO DE CÂMARA DE 02/07/2014. DELIBERAÇÃO <i>Aprovada a proposta</i>
--

REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

ANEXO I – TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

ANEXO II - FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA RELATIVA AO VALOR DAS

TAXAS (Em conformidade com a alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro).



PROJECTO DE REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS

Nota Justificativa

A Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, aprova o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, e impõe a obrigatoriedade de adequação dos regulamentos em vigor ao regime jurídico nela definido.

Dispõe o art.º 8 do referido diploma que os regulamentos que criem taxas municipais devem conter, sob pena de nulidade:

- a) A indicação da base de incidência objetiva e subjetiva;
- b) O valor ou a fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar;
- c) A fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local;
- d) As isenções e sua fundamentação;
- e) O modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária admitidas;
- f) A admissibilidade do pagamento em prestações.

O Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril, regulamentado pela Portaria n.º 131/2011, de 4 de Abril e Portaria n.º 215/2011, de 31 de Maio aprovou um novo paradigma na administração autárquica, o "Licenciamento Zero".

O artigo 7.º da Portaria n.º 131/2011, de 4 de Abril determina que a produção de efeitos do Decreto-Lei n.º 48/2011 se opera a partir do dia 2 de Maio de 2012, sem prejuízo da imediata aplicação das disposições que pressuponham a existência do «Balcão do empreendedor» aos estabelecimentos e às atividades localizadas nos municípios que participem na fase experimental ou que adiram ao «Balcão do empreendedor» nos termos dos artigos 5.º e 6.º da aludida Portaria.

Esta nova abordagem introduz profundas alterações no licenciamento de instalação e a modificação de

estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem.

Com este novo regime, são eliminadas as licenças, autorizações, vistorias e outras permissões necessárias ao exercício de diversas atividades económicas, reforçando-se a fiscalização sobre essas atividades e a responsabilização dos empresários.

O aludido diploma procede igualmente a profundas alterações no que concerne a regimes conexos com aquelas atividades económicas, nomeadamente ocupação do espaço público, mensagens publicitárias de natureza comercial, horário de funcionamento, entre outros.

Impõe-se, pois, além da alteração do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais proceder à alteração da tabela de taxas, criando, alterando ou extinguindo prestações tributáveis.

Desta forma, foi aditado um novo artigo ao presente Regulamento, o art.º 9., mantendo-se, para além da necessária renumeração dos artigos seguintes àquele, os demais artigos inalterados, nomeadamente a entrada em vigor inicial do Regulamento.

Impõe-se, ainda, em conformidade com a alínea c) do n.º 2 do art.º 8.º do Regime Geral das Taxas aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, sob pena de nulidade, proceder à fundamentação económica e financeira das taxas que venham a ser alteradas/criadas.

Relativamente à Tabela de Taxas optou-se por isolar as alterações decorrentes da implementação da Iniciativa Licenciamento Zero não sendo, no momento da presente proposta, incorporadas na tabela de taxas atendendo ao descrito no parágrafo seguinte. Na proposta anexa de revisão da Tabela de Taxas encontram-se artigos numerados e não numerados. Os primeiros substituem os artigos com a mesma numeração na Tabela em vigor, os segundos deverão ser aditados à Tabela pois consubstanciam tributos sem correspondência na Tabela em vigor.



A entrada em vigor das alterações ora introduzidas fica condicionada à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril.

Justificação de Isenções e Reduções

Dispõe o n.º 2, do artigo 8.º, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, alterada pelas Leis n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e n.º 117/2009, de 29 de Dezembro, que «*o regulamento que crie taxas municipais ou taxas das freguesias contém obrigatoriamente, sob pena de nulidade: (...) alínea d) as isenções e sua fundamentação*».

Assim, em cumprimento deste preceito legal, apresenta-se a fundamentação para as situações de isenção das taxas previstas na Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Mortágua, bem como das reduções consagradas no presente Regulamento.

De uma forma geral, as isenções e reduções previstas foram ponderadas em função de um conjunto de princípios, que se pretendeu consagrar, como por exemplo, o princípio da igualdade de acesso e o da justiça social, bem como do reconhecimento do interesse público e da relevância que têm algumas atividades desenvolvidas na área do Município, e do estímulo que se pretendeu dar à promoção de eventos e atividades, na área do associativismo cultural, desportivo, recreativo, ou que visem, também, a divulgação de valores e tradições locais.

Na prossecução das atribuições da autarquia, algumas das isenções que foram consagradas neste Regulamento foram ponderadas com a preocupação de proteger estratos sociais mais frágeis, desfavorecidos ou carenciados, como é o caso dos reformados e das pessoas com deficiência, ou aqueles que vivam em comprovado estado de insuficiência económica.

Têm, também, como objetivo dinamizar o Concelho ao nível económico, criando condições de atratividade para as famílias e para as empresas, combatendo o desemprego e proporcionando a melhoria da qualidade de vida.



CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Lei habilitante

O Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais (RLCTM), é aprovado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nas alíneas b) e g) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, 20.º do novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovado da Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro, da Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, com as alterações subsequentes e do Código de Procedimento e de Processo Tributário aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, com as alterações subsequentes.

Artigo 2.º

Objeto

1. O presente Regulamento delimita as regras, políticas e procedimentos aplicáveis às relações jurídico-tributárias geradoras de obrigação de liquidação e cobrança de taxas do Município de Mortágua.
2. O Regulamento não se aplica às situações e casos em que a fixação, liquidação, cobrança e pagamento das taxas obedeça a normativos legais específicos.

Artigo 3.º

Incidência objetiva

1. A incidência objetiva de cada taxa encontra-se prevista na Tabela de Taxas constante do Anexo I ao presente Regulamento e que dele é parte integrante.

2. As taxas constantes da Tabela referida no n.º anterior, incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade do Município nos seguintes domínios:

- a) Pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas primárias e secundárias;
- b) Pela concessão de licenças, prática de atos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular;
- c) Pela utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal;
- d) Pela gestão de tráfego e de áreas de estacionamento;
- e) Pela gestão de equipamentos públicos de utilização coletiva;
- f) Pelas atividades de promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental;
- g) Pelas atividades de promoção do desenvolvimento e competitividade local e regional;
- h) Pela realização de atividades dos particulares geradoras de impacto ambiental negativo.

Artigo 4.º

Incidência subjetiva

1. O sujeito ativo da obrigação de pagamento das taxas previstas no Anexo I do presente Regulamento é o Município de Mortágua.
2. O sujeito passivo das taxas é a pessoa singular ou coletiva, que requereu a licença ou a autorização, a prestação de serviço ou a utilização do bem municipal, ou que beneficiou ou beneficiará dos investimentos municipais, ou da atividade promovida pelo Município.
3. Estão ainda sujeitos ao pagamento das taxas todas as entidades que integram o Sector Público Administrativo e as entidades que integram o Sector Empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais.



Artigo 5.º

Atualização

1. As taxas previstas na Tabela anexa serão atualizadas, ordinária e anualmente, em função da taxa de inflação publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (por aplicação do Índice de Preços ao Consumidor, sem habitação) relativa ao período de Novembro a Outubro, inclusive, dos exercícios anteriores àquele em que a atualização produzirá efeitos.
2. A atualização a que alude o n.º anterior deverá ser feita nos documentos previsionais.
3. Os valores resultantes da atualização efetuada nos termos do número 1 serão arredondados para a segunda casa decimal para o múltiplo de 0,05 € mais próximo
4. Sem prejuízo das atualizações anuais previstas no número 1, o Município pode proceder à atualização dos valores das Taxas Municipais sempre que o considere justificado, mediante a fundamentação económico-financeira subjacente, nos termos previstos na Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro.
5. As taxas que resultem de quantitativos fixados por disposição legal especial serão atualizadas de acordo com os coeficientes legalmente estabelecidos.

CAPÍTULO II

LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA

SECÇÃO I

LIQUIDAÇÃO

Artigo 6.º

Liquidação

1. A liquidação das Taxas Municipais previstas na Tabela anexa consiste na determinação do montante a pagar e resulta da aplicação dos indicadores nela definidos e dos elementos fornecidos pelos interessados.

2. Os valores assim obtidos serão arredondados, por excesso, para a segunda casa decimal.

Artigo 7.º

Autoliquidação - âmbito geral

1. Nos casos de deferimento tácito, haverá lugar ao pagamento da taxa que seria devida pela prática do respetivo ato expresso.
2. A autoliquidação das taxas só será admissível caso não se proceda à liquidação, no prazo de 15 (quinze) dias.
3. Na página da Internet do Município e na Tesouraria existirá uma cópia do presente Regulamento à disposição do público para as situações em que os interessados queiram proceder à autoliquidação das taxas.
4. Para efeitos do presente artigo será afixado na Tesouraria o número e a instituição bancária em que a mesma tenha conta bancária onde poderão ser depositadas as quantias relativas às taxas devidas.

Artigo 8.º

Autoliquidação no âmbito dos procedimentos urbanísticos

1. Até à implementação do sistema informático a que alude o artigo 8.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, o Município notificará o requerente informando-o sobre o valor das taxas devidas, após ter sido admitida a Comunicação Prévia.
2. Se antes de promovida a notificação prevista no número anterior, o requerente optar por efetuar a autoliquidação e pagamento das taxas devidas pela operação urbanística admitida, deverá proceder nos termos do disposto no artigo 113.º do referido diploma e remeter cópia do comprovativo de pagamento efetuado.
3. A prova do pagamento das taxas efetuado nos termos do número anterior deverá ficar arquivada na obra, junto ao livro de obra, sob pena de presunção de que o requerente não efetuou aquele pagamento.
4. Caso se venha a apurar que o montante liquidado e pago pelo requerente na sequência da autoliquidação é inferior ao valor efetivamente devido, o requerente será notificado do valor



correto a pagar assim como do prazo para efetuar o respetivo pagamento.

5. A falta de pagamento do valor referido no número anterior dentro do prazo fixado e comunicado na notificação tem por efeito a extinção do procedimento.

6. Caso se venha a apurar que o montante liquidado e pago pelo requerente na sequência da autoliquidação é superior ao valor efetivamente devido, o requerente será notificado do valor correto a pagar, sendo-lhe restituído o montante pago em excesso.

Artigo 9.º

Liquidação automática – Ocupação do Espaço Público

No caso das pretensões administrativas submetidas via Balcão do Empreendedor, nomeadamente meras comunicações prévias e comunicações prévias com prazo, relativas à ocupação do espaço público, quando a pretensão seja indeferida no prazo legalmente previsto, deverá proceder-se ao reembolso da componente variável da taxa liquidada e paga devida pela dimensão da ocupação e pelo período de tempo da mesma.

Artigo 10.º

Procedimentos na liquidação

1. A liquidação das taxas constará de documento próprio no qual se deverá fazer referência aos seguintes elementos:

- a) Identificação do sujeito passivo;
- b) Discriminação do ato ou facto sujeito a liquidação;
- c) Enquadramento na Tabela de Taxas;
- d) Cálculo do montante a pagar, resultante da conjugação dos elementos referidos nas alíneas b) e c).

2. O documento mencionado no número anterior designar-se-á Guia de Recebimento e fará parte integrante do respetivo processo administrativo.

3. A liquidação de taxas não precedida de processo far-se-á nos respectivos documentos de cobrança.

4. A Guia de Recebimento ou documento equivalente obedece aos requisitos estabelecidos no ponto 12.2.1. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

Artigo 11.º

Notificação

1. A liquidação será notificada ao sujeito passivo por carta registada com aviso de receção.

2. Da notificação devem constar a decisão, os fundamentos, de facto e de direito, os meios de defesa contra o ato de liquidação, o autor do ato, e a menção da respectiva delegação ou subdelegação de competência, se for esse o caso, e, bem assim, o prazo de pagamento voluntário.

3. O sujeito passivo considera-se notificado na data em que o aviso de receção for assinado, e tem-se por realizada na sua própria pessoa, mesmo quando o aviso de receção haja sido assinado por terceiro presente no seu domicílio, presumindo-se que a notificação foi entregue nesse dia ao notificando.

4. Em caso de devolução da notificação e não se comprovando que, entretanto, o sujeito passivo comunicou a alteração de domicílio fiscal, a notificação será repetida nos 15 (quinze) dias seguintes à devolução, por nova carta registada com aviso de receção, presumindo-se a liquidação notificada, mesmo que a carta não haja sido levantada ou recebida, sem prejuízo do notificando poder provar justo impedimento ou a impossibilidade de comunicação de mudança de domicílio fiscal.

Artigo 12.º

Liquidação em caso de urgência

No caso de documentos de interesse particular, designadamente atestados, certidões, fotocópias, segundas vias e similares, cuja emissão seja requerida com carácter de urgência, serão sujeitas a um agravamento das taxas respetivas em 50%, desde que o pedido se possa satisfazer nos dois dias úteis subsequentes à entrada do requerimento.



Artigo 13.º

Revisão do ato de liquidação por iniciativa dos serviços municipais

1. Poderá haver lugar à revisão do ato de liquidação pelo respetivo serviço liquidador, por iniciativa do sujeito passivo ou oficiosamente, nos prazos estabelecidos na Lei Geral Tributária e com fundamento em erro de facto ou de direito.
2. A revisão de um ato de liquidação do qual resultou prejuízo para o Município, obriga o serviço liquidador respetivo, a promover, de imediato, a liquidação adicional.
3. O devedor será notificado, por carta registada com aviso de receção, para satisfazer a diferença.
4. Da notificação devem constar os fundamentos da liquidação adicional, o montante, o prazo de pagamento e ainda a advertência de que o não pagamento no prazo fixado implica a cobrança coerciva.
5. Quando por erro imputável aos serviços tenha sido liquidada quantia superior à devida e não tenha decorrido o prazo previsto na Lei Geral Tributária sobre o pagamento, deverão os serviços, independentemente de reclamação ou impugnação do interessado, promover de imediato a sua restituição.
6. Não haverá lugar a liquidação adicional ou a restituição oficiosa de quantias quando o seu quantitativo seja igual ou inferior a 2,50 €.

Artigo 14.º

Revisão do ato de liquidação por iniciativa do sujeito passivo

1. O requerimento de revisão do ato de liquidação por iniciativa do sujeito passivo deverá ser instruído com os elementos necessários à sua procedência.
2. Sem prejuízo da responsabilidade contraordenacional, prevista no artigo 33.º do presente Regulamento, que daí resulte, quando o erro do ato de liquidação advier e for da responsabilidade do próprio sujeito passivo, nomeadamente por falta ou inexactidão de declaração a cuja apresentação estivesse obrigado nos termos das normas legais e regulamentares

aplicáveis, este será responsável pelas despesas que a sua conduta tenha causado.

Artigo 15.º

Caducidade

O direito de liquidar as taxas caduca se a liquidação não for validamente notificada ao sujeito passivo no prazo de quatro anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

Artigo 16.º

Garantias

Os sujeitos passivos das taxas podem reclamar ou impugnar a respectiva liquidação, nos termos do disposto no art.º 16.º da Lei nº53-E/2006, de 29 de Dezembro.

SECÇÃO II

COBRANÇA

SUB-SECÇÃO I

PAGAMENTO

Artigo 17.º

Pagamento

1. Não pode ser praticado nenhum ato ou facto sem prévio pagamento das taxas previstas na Tabela anexa, salvo nos casos expressamente permitidos.
2. O pagamento das taxas poderá ser efetuado em numerário, por cheque emitido à ordem do Município de Mortágua, vale postal, débito em conta, transferência bancária ou por outros meios utilizados pelos serviços dos correios ou pelas instituições de crédito que a lei expressamente autoriza.
3. O pagamento poderá ainda ser efetuado por dação em cumprimento ou por compensação, quanto tal seja compatível com o interesse público.



Artigo 18.º

Pagamento em prestações

1. Compete à Câmara Municipal autorizar o pagamento em prestações, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário e da Lei Geral Tributária, desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito.
2. Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendido, bem como os motivos que fundamentam o pedido.
3. No caso de deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da dívida dividido pelo número de prestações autorizado, acrescendo ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respetivo montante desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efetivo de cada uma das prestações.
4. O pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que esta corresponder até ao 8.º dia.
5. A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extração da respectiva certidão de dívida.
6. Poderá o Presidente da Câmara Municipal condicionar a autorização do pagamento fracionado das taxas à prestação de caução.

Artigo 19.º

Prazo de Pagamento

1. O prazo para pagamento voluntário das taxas é de 10 dias a contar da notificação para pagamento efetuada pelos serviços competentes, salvo nos casos em que a lei ou regulamento fixe prazo específico.
2. Nas situações em que o ato ou facto já tenha sido praticado ou utilizado sem o necessário licenciamento ou autorização municipal, nos casos de revisão do ato de liquidação que implique uma liquidação adicional, bem como nos casos de liquidação periódica, o prazo para pagamento voluntário é o que

for determinado pela Câmara Municipal, a contar da notificação para pagamento.

3. Nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário é expressamente proibida a concessão de moratória.

Artigo 20.º

Regras de contagem

1. Os prazos para pagamento são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.
2. O prazo que termine em sábado, domingo ou dia feriado transfere-se para o primeiro dia útil imediatamente seguinte.

Artigo 21.º

Incumprimento

1. São devidos juros de mora pelo incumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento das taxas.
2. As dívidas que não forem pagas voluntariamente serão objeto de cobrança coerciva através de um processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Artigo 22.º

Extinção das taxas

As taxas extinguem-se através do seu pagamento ou de outras formas de extinção nos termos da Lei Geral Tributária.

Artigo 23.º

Prescrição

1. As dívidas por taxas prescrevem no prazo de oito anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.
2. A citação, a reclamação e a impugnação interrompem a prescrição.
3. A paragem dos processos de reclamação, impugnação e execução fiscal por prazo superior a um ano por facto não imputável ao sujeito passivo faz cessar a interrupção da prescrição, somando-se, nestes casos, o tempo que decorreu



após aquele período ao que tiver decorrido até à data da autuação.

SUB-SECÇÃO II

NÃO PAGAMENTO

Artigo 24.º

Extinção do procedimento

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o não pagamento das taxas no prazo estabelecido para o efeito implica a extinção do procedimento.
2. Poderá o utente obstar à extinção, desde que efetue o pagamento da quantia liquidada, em dobro, nos dez dias seguintes ao termo do prazo de pagamento respetivo.

CAPÍTULO III

ISENÇÕES OU REDUÇÕES

SECÇÃO I

ISENÇÕES OU REDUÇÕES SUBJECTIVAS

Artigo 25.º

Isenções ou reduções subjetivas

1. Estão isentas do pagamento de taxas as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, as instituições particulares de solidariedade social, bem como as de mera utilidade pública, relativamente aos atos e factos que se destinem à direta e imediata realização dos seus fins, desde que lhes tenha sido concedida isenção do respetivo IRC pelo Ministério das Finanças, ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC.
2. Em casos de comprovada insuficiência económica de pessoas singulares, demonstrada por relatório social, poderá também haver lugar à isenção ou redução das taxas.

3. As pessoas constituídas na ordem jurídica canónica estão isentas do pagamento de taxas relativamente aos factos ou atos direta e imediatamente destinados à realização de fins de solidariedade social.

4. As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, beneficiam da isenção do pagamento de taxas devidas pelos licenciamentos e autorizações exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias.

5. Estão isentas do pagamento de taxas as empresas municipais instituídas ou a instituir pelo Município, relativamente aos atos e factos decorrentes da prossecução dos seus fins constantes dos respectivos estatutos, diretamente relacionados com os poderes delegados pelo Município.

6. Ficam ainda isentos do pagamento de taxas os consulados e as associações sindicais.

7. As associações ou fundações culturais, sociais, religiosas, desportivas ou recreativas legalmente constituídas:

- a) Beneficiam de isenção do pagamento das taxas relativas a placas, tabuletas ou outros elementos de identificação a colocar nas respetivas instalações,
- b) Beneficiam de isenção ou redução das taxas, relativas a atos que desenvolvam para prossecução de atividades de interesse público municipal, desde que beneficiem de isenção ou redução de IRC, o que deverá ser comprovado mediante a apresentação do competente documento.

8. Estão igualmente isentos do pagamento de taxas os partidos e coligações, registados de acordo com a lei, relativamente aos diferentes meios publicitários.

9. Poderá, ainda, haver lugar à isenção ou redução de taxas relativamente a eventos de manifesto e relevante interesse municipal, mediante deliberação da Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada do respetivo Pelouro.

10. As isenções referidas nos números anteriores não dispensam a emissão das licenças ou autorizações devidas, nos termos da lei ou regulamentos municipais.

11. As isenções referidas no n.º 2 serão concedidas, caso a caso, por deliberação do órgão competente.



12. A apreciação e decisão da eventual isenção ou redução das taxas previstas nos artigos anteriores carece de formalização do pedido, que deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, da sua finalidade estatutária, bem como dos demais exigíveis em cada caso.

13. No que concerne especificamente ao disposto no n.º 3, o pedido mencionado no número anterior deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Última declaração de rendimentos (IRS);
- b) Declaração de rendimentos anuais auferidos emitida pela entidade pagadora.

14. O pedido referido nos números anteriores deve ser apresentado no prazo de 30 dias a contar da notificação do ato de licenciamento ou autorização municipal, sob pena de caducidade do direito.

15. As isenções e reduções previstas nos números anteriores não autorizam os beneficiários a utilizar meios susceptíveis de lesar o interesse municipal e não abrangem as indemnizações por danos causados no património municipal.

16. Não se aplicam as isenções e reduções previstas nos números anteriores sempre que o Sujeito Passivo tenha dívidas vencidas de qualquer natureza para com o Município.

Artigo 26.º

Outras isenções

Além das isenções ou reduções previstas no artigo anterior a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder outras isenções totais ou parciais.

Artigo 27.º

Despesa fiscal

Pode anualmente, nos documentos previsionais, apensar-se a estimativa da despesa fiscal das isenções ou reduções que se estimam conceder, considerando períodos homólogos e outras informações, para efeitos do cumprimento do n.º 2 do art.º 16.º Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, constituindo esta estimativa o

limite até ao qual o Executivo Municipal pode executar e conceder isenções totais ou parciais.

CAPÍTULO IV

EMIÇÃO, RENOVAÇÃO E CESSAÇÃO DAS LICENÇAS

Artigo 28.º

Emissão da licença ou documento equivalente

1. Na sequência do deferimento do pedido de licenciamento e mediante o pagamento das taxas, os serviços municipais assegurarão a emissão da licença respectiva, na qual deverá constar:

- a) A identificação do titular: nome, morada ou sede e número de identificação fiscal;
- b) O objeto do licenciamento, sua localização e características;
- c) As condições impostas no licenciamento;
- d) A validade da licença, bem como o seu número de ordem.

2. O período referido no licenciamento pode reportar-se ao dia, semana, mês ou ano civil, determinado em função do respetivo calendário.

Artigo 29.º

Precariedade das licenças

1. Todas as licenças concedidas são consideradas precárias, podendo a Câmara Municipal, por motivo de interesse público, devidamente fundamentado, fazer cessá-las, restituindo, neste caso, a taxa correspondente ao período não utilizado.
2. Excetuam-se do disposto no número anterior as licenças que, nos termos da lei, não sejam consideradas precárias.

Artigo 30.º



Licenças renováveis

1. O pagamento das licenças renováveis deve realizar-se entre o dia 2 de Janeiro e o dia 15 de Março tratando-se de licenças anuais, e nos primeiros 10 (dez) dias de cada mês se as licenças forem mensais.

2. O pagamento das taxas referentes a renovação de licenças de duração inferior a 1 (um) mês deve ser feito nas 48 (quarenta e oito) horas imediatamente anteriores ao termo do prazo de vigência.

O primeiro pagamento de taxas anuais, quando não coincidente com o início do ano civil referido no número 1, será efetuado até ao último dia anterior ao início da vigência da licença.

Artigo 31.º

Renovação de licenças

1. As licenças renováveis consideram-se emitidas nas condições e termos em que foram concedidas as correspondentes licenças iniciais, sem prejuízo da atualização do valor da taxa a que houve lugar.
2. Não haverá lugar à renovação se o titular do licenciamento formular pedido nesse sentido, até 30 dias antes do termo do prazo inicial ou da sua renovação.

Artigo 32.º

Cessação das licenças

As licenças emitidas cessam nas seguintes situações:

- a) A pedido expresso dos seus titulares;
- b) Por decisão dos órgãos competentes;
- c) Por caducidade, uma vez expirado o prazo de validade das mesmas;
- d) Por incumprimento das condições impostas no licenciamento.

CAPÍTULO V CONTRA-ORDENAÇÕES

Artigo 33.º

Contraordenações

1. Constituem contraordenações:
 - a) As infrações às normas reguladoras das taxas e outras receitas municipais de natureza fiscal;
 - b) A falta de pagamento das licenças renováveis nos prazos fixados;
 - c) A inexactidão ou falsidade dos elementos fornecidos pelos interessados, para liquidação das taxas e outras receitas municipais, que ocasione a cobrança de importâncias inferiores às efetivamente devidas;
 - d) O não pagamento no próprio dia da emissão da Guia de Recebimento, na Tesouraria, das taxas e outras receitas municipais com liquidação eventual, ou não devolução nesse mesmo dia, ao serviço liquidador, do respetivo documento de cobrança.
2. Nos casos previstos nas alíneas a) e b) do número anterior, aplicam-se as coimas previstas para a falta de licenciamento.
3. No caso previsto na alínea c), os montantes mínimos e máximo da coima são, respetivamente, 50,00 € e 150,00 €.
4. No caso previsto na alínea d), os montantes mínimos e máximo da coima são, respetivamente, 25,00 € e 75,00 €.
5. A negligência é punível, sendo neste caso o montante máximo das coimas previstas nos números anteriores reduzido a metade.

CAPÍTULO VI

CONTENCIOSO FISCAL E GARANTIAS DOS CONTRIBUINTES

Artigo 34.º

Garantias Fiscais

À reclamação graciosa ou impugnação judicial da liquidação e cobrança de taxas, aplicam-se as normas da Lei Geral Tributária



e as do Código de Procedimento e de Processo Tributário, com as necessárias adaptações.

Artigo 37.º

Integração de lacunas

Aos casos não previstos neste Regulamento, aplicar-se-ão as normas do Código de Procedimento Administrativo e Código de Procedimento e de Processo Tributário, com as necessárias adaptações e, na sua falta, os princípios gerais de Direito Tributário.

Artigo 35.º

Cobrança coerciva

1. Compete ao Órgão Executivo a cobrança coerciva das dívidas ao Município provenientes de taxas, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o regime estabelecido no Código de Procedimento e de Processo Tributário.
2. Findo o prazo de pagamento voluntário das taxas municipais liquidadas e que constituam débitos ao Município, vencem-se juros de mora à taxa legal.
3. Consideram-se em débito todas as taxas e outras receitas municipais, relativamente às quais o contribuinte usufruiu do facto, do serviço ou do benefício, sem o respetivo pagamento.
4. O não pagamento das taxas referidas nos números anteriores implica a extração das respetivas certidões de dívida e seu envio aos serviços competentes, para efeitos de execução fiscal.
5. Para além da execução fiscal, o não pagamento das licenças renováveis previstas no artigo 20.º, implica a sua não renovação para o período imediatamente seguinte.

Artigo 38.º

Fundamentação económico-financeira do valor das taxas

A fundamentação económico-financeira do valor das taxas previstas do Anexo I ao presente Regulamento consta do Anexo II.

Artigo 39.º

Norma revogatória

1. É revogado o Regulamento de Taxas, Tarifas e Licenças Municipais, aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 25/06/1999, e publicado em Edital n.º 268/1999 em Diário da República n.º 194/99 2ª Série de 20/08/1999
2. São revogadas todas as tabelas que contenham taxas ainda que constantes de Regulamentos que se mantenham em vigor.
3. A referência prevista nos diversos Regulamentos em vigor às tabelas de taxas que deles constem, entretanto revogadas nos termos do número anterior, deve ser entendida como efetuada, doravante, para o presente Regulamento e Tabela de taxas anexa.
4. O presente Regulamento não prejudica a aplicação de outras disposições legais específicas referentes à liquidação, cobrança e pagamento de taxas, previstas em outros

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 36.º

Devolução de documentos

1. Os documentos autênticos ou autenticados apresentados pelos requerentes para comprovação dos factos poderão ser devolvidos, quando dispensáveis.
2. Sempre que o conteúdo dos documentos deva ficar registado no processo e o apresentante manifeste interesse na posse dos mesmos, os serviços extrairão e apensarão as fotocópias necessárias cobrando o respetivo custo, nos termos do fixado na Tabela anexa.



Regulamentos Municipais quando não contrariem o presente preceituado.

Artigo 40.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento e respectivos anexos entram em vigor quinze dias após a sua publicação.

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
-----------	--	---------------

CAPÍTULO I

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
1	Artigo 1.º	
2	Prestação de serviços e concessão de documentos:	
3	1- Alvarás não especialmente contemplados na tabela (excepto nomeação e exoneração), cada.	10,65 €
4	2- Atestados, declarações ou documentos análogos e suas confirmações, cada.	10,65 €
5	3- Autos ou Termos de qualquer espécie.	8,50 €
6	4- Averbamentos de qualquer espécie, cada.	8,50 €
7	5- Buscas a processos e ou documentos, ainda que não se encontre o objeto de busca.	6,40 €
8	6- Certidões de teor ou fotocópias autenticadas:	
9	a) Não excedendo uma lauda.	5,30 €
10	b) Por cada lauda ou face além da primeira, ainda que incompleta.	3,20 €
11	7- Certidões narrativas.	10,65 €
12	8- Conferir e autenticar documentos apresentados por particulares:	
13	a) Até 5 folhas.	10,65 €
14	b) Por cada folha a mais.	0,65 €
15	9- Fotocópias autenticadas, de documentos arquivados, cada.	5,30 €
16	10- Fotocópias avulsas, por cada folha.	0,50 €
17	11- Registo de minas e de nascentes de água mineromedicinal.	127,95 €
18	12- Termos de entrega de documentos junto a processos, cuja restituição haja sido autorizada	5,30 €
19	13- Emissão de pareceres, cada.	32,55 €
20	14- Duplicado ou substituição de documentos extraviados ou em mau estado, cada.	10,10 €
21	15- Cópias de plantas, levantamentos, mapas e estudos, por cada folha.	4,80 €
22	a) Em formato A4, cada folha.	4,80 €
23	b) Em formato superior, cada folha.	9,60 €
24	16- Horário de funcionamento de estabelecimento comercial:	
25	a) Pela receção de mera comunicação prévia - Horário de funcionamento, bem como das suas alterações;	15,00 €
26	b) Pela apreciação de alterações excecionais ao horário de funcionamento (prolongamento de horário para além dos limites)	35,00 €
27	i) acresce por cada entidade a consultar	5,00 €
28	17- Balcão Único Eletrónico e outras plataformas para submissão eletrónica de permissões administrativas	---
29	a) Receção de comunicação relativamente a assuntos não especialmente prevista noutros capítulos	10,00 €
30	b) Receção da mera comunicação prévia - Apreciação dos elementos instrutórios submetidos via Balcão único eletrónico ou similar relativos a Meras Comunicações Prévias quando não especialmente prevista noutros capítulos	15,00 €
31	c) Reapreciação dos elementos instrutórios relativos a meras comunicações prévias quando reenviados na sequência de notificação eletrónica para suprir lacunas ou não conformidades	10,00 €
32	d) Pela apreciação de pedidos de comunicação prévia com prazo relativas a pretensões não especialmente previstas noutros capítulos	75,00 €
33	e) Por cada acesso mediado	7,50 €
34	18- Registo de Cidadãos Estrangeiros da União Europeia nos termos dos artigos n.º 14.º e 29.º da Lei nº 37/2006, de 9 de agosto e da Portaria n.º 13334-D/2010 de 31 de dezembro	
35	a) Emissão de Certificado	15,00 €
36	b) Segunda via de certificado, em caso de extravio, roubo ou deterioração (acresce à taxa de emissão referida na alínea anterior)	10,00 €
37	c) Realização de serviço externo nos termos do n.º 2 do art.º 7.º da Portaria n.º 1334-D/2010, de 31 de dezembro	30,00 €
38	19- Certidão onde se identifique o n.º da licença, tipo de veículo, data de emissão e validade emitida em conformidade com o n.º 2 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 313/2009, de 27 de outubro	18,00 €
39	20- Outros serviços ou atos não especialmente previstos nesta tabela ou legislação especial.	19,00 €

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
40	CAPÍTULO II	
41	CEMITÉRIOS	
42	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
43	Artigo 2.º	
44	Inumações:	
45	1) Em covais, por cada.	106,60 €
46	2) Em jazigos, por cada.	37,30 €
47	3) Em túmulos ou sarcófagos, por cada.	37,30 €
48	Artigo 3.º	
49	Exumação	
50	1) Por cada ossada, incluindo limpeza e trasladação dentro do cemitério.	213,20 €
51	Artigo 4.º	
52	Ocupação de ossários municipais:	
53	1) Por cada ano ou fração.	16,55 €
54	2) Com carácter de perpetuidade.	319,80 €
55	Artigo 5.º	
56	Depósito transitório de caixões:	
57	1) Por dia ou fração, excetuando o primeiro.	11,70 €
58	Artigo 6.º	
59	Concessão de terrenos:	
60	1) Para sepulturas perpétuas.	639,65 €
61	2) Para jazigos, por cada metro quadrado, ou fração.	1.066,05 €
62	Artigo 7.º	
63	Utilização da capela, por cada hora ou fração excetuando a primeira.	4,30 €
64	Artigo 8.º	
65	Serviços diversos:	
66	1) Trasladações.	138,55 €
67	2) Averbamentos em alvará de concessão de terrenos em nome de novo proprietário:	
68	a) Classes sucessíveis, nos termos das alíneas a) a e) do artº. 2133 do Código Civil:	
69	1) Para jazigos.	115,10 €
70	2) Para sepulturas perpétuas.	98,10 €
71	b) Pessoas diferentes da alínea anterior:	
72	1) Para jazigos.	1.625,75 €
73	2) Para sepulturas perpétuas.	455,20 €
74	Observações:	
75	1ª - Os direitos dos concessionários de terrenos ou jazigos não poderão ser transmitidos por atos entre vivos, sem autorização municipal.	
76	2ª - As obras em jazigos e sepulturas perpétuas carecem de licenciamento municipal.	
77	3ª - Pelas obras em jazigos e sepulturas perpétuas são devidas as taxas previstas no capítulo de licenciamento de obras particulares.	
78	CAPÍTULO III	
79	MERCADOS E FEIRAS	
80	Secção I	
81	Mercados	
82	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
83	Artigo 9.º	
84	Ocupação de bancas, lojas e outros espaços no mercado municipal:	
85	1) Lojas, por mês.	77,85 €
86	2) Bancas:	
87	a) Ocupação efetiva, por m2 ou fração, mês	4,80 €
88	b) Ocupação accidental:	
89	1) Produtores locais, por m2, dia.	0,30 €
90	2) Outros, por m2, dia.	1,60 €
91	3) Outros espaços cobertos:	
92	a) Ocupação efetiva, por m2 ou por fração, mês.	3,80 €
93	b) Estacionamento de viaturas na garagem, por viatura e por mês	30,00 €
94	Secção II	
95	Atividade de comércio a retalho (feirantes e vendedores ambulantes)	
96	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
97	Artigo 10.º	
98	1) Ocupação de espaço de venda concedida por tempo determinado	
99	a) Terrados por m2 e por dia:	
100	i) M2/ ou fração por dia – corresponde ao terrado do Artº. 30º. do Regulamento Municipal de Mercados e Feiras, sem prejuízo da taxa específica prevista na sublinha seguinte	0,35 €
101	ii) M2/ ou fração e por dia - quando a ocupação se relacione com venda de produtos agrícolas e animais de capoeira e produtos artesanais - (produtores locais)	0,15 €
102	2) Autorização para a realização e gestão de feiras por entidades privadas em conformidade com o n.º 3 do art.º 21.º do Lei n.º 27/2013, de 12 de abril	575,00 €
103	Artigo 11.º	
104	Exercício de atividade de comércio por grosso não sedentário em conformidade com o Decreto-Lei n.º 173/2012, de 2 de agosto	
105	1) Atribuição de espaço de venda concedida por tempo determinado, aplicam-se as taxas previstas no n.º 1 do art.º 10.º	40,00 €
106	2) Autorização para a realização e gestão de feiras grossistas por entidades privadas em conformidade com o n.º 2 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 173/2012, de 2 de agosto	575,00 €
107	3) Registo dos comerciantes que exercem a atividade de venda por grosso em feiras na área do respetivo Município	12,00 €
108	CAPÍTULO IV	
109	PROTECÇÃO AO RELEVO NATURAL, SOLO ARÁVEL E REVESTIMENTO VEGETAL (Decreto-Lei nº. 139/89, de 28 de abril) E AÇÕES DE ARBORIZAÇÃO E REARBORIZAÇÃO, COM RECURSOS A ESPÉCIES FLORESTAIS (Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho)	
110	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
111	Artigo 12.º	
112	Licenciamento, no âmbito do Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de abril, para ações de:	
113		
114	1) Destruição do revestimento vegetal que não tenham fins agrícolas e por hectare ou fração.	37,30 €
115	2) Aterro ou escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas de solo arável e por hectare ou fração.	26,65 €
116	Artigo 13.º	
117	Deslocações no âmbito da emissão de pareceres inerentes a ações de arborização e rearborização, com recursos a espécies florestais (art.º 19.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho)	50,00 €
118	CAPÍTULO V	
119	PUBLICIDADE	
120	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
121	Artigo 14.º	
122	Pela apreciação de pedidos de licenciamento de mensagens publicitárias de natureza comercial, excluindo as previstas no n.º 3 do art.º 1.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, alterada pela Lei n.º 23/2000, de 23 de agosto, com a redação introduzida pelo art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril e demais normas regulamentares (acrescem as taxas nos artigos seguintes).	35,00 €
123	Artigo 15.º	
124	Licenciamento de Publicidade sonora:	

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
125	1) Por dia e por unidade.	10,65 €
126	Artigo 16.º	
127	Publicidade em estabelecimentos:	
128	1) Instalação e licença do 1º. ano de publicidade em estabelecimentos (expositores ao público tal como vitrines, mostradores ou semelhantes ou que funcionam como tal), por metro quadrado ou fração.	10,65 €
129	2) Renovação de licenças, por m2 ou fração e por ano.	5,30 €
130	Artigo 17.º	
131	Anúncios luminosos por ano:	
132	1) Instalação e licença no 1.º Ano:	
133	a) Até 5 m2.	26,65 €
134	b) Por cada m2 a mais ou fração.	5,30 €
135	2) Renovação das licenças, por cada ano seguinte:	
136	a) Até 5 m2	16,00 €
137	b) Por cada m2 a mais ou fração.	4,30 €
138	Artigo 18.º	
139	Publicidade nos transportes coletivos, por m2 ou fração e por ano.	21,35 €
140	Artigo 19.º	
141	Exibição de publicidade em viaturas de firmas que exercem a atividade no Concelho.	
142	1) Por m2 ou fração e por ano.	10,65 €
143	Artigo 20.º	
144	Exibição transitória de publicidade em carro ou qualquer viatura, balão suspenso ou qualquer outro meio:	
145	1) Por cada anúncio e por dia.	21,35 €
146	2) Por semana.	53,30 €
147	Artigo 21.º	
148	Cartazes (de papel ou tela) a fixar em vedações, tapumes, muros, paredes e locais semelhantes onde tal não seja proibido:	
149	1) Até 200 cartazes e por mês.	31,95 €
150	2) Mais de 200 cartazes e por cada.	0,40 €
151	Artigo 22.º	
152	Anúncios ou cartazes com publicidade rotativa afixados, colados ou justapostos em dispositivos publicitários autorizadas pelo município por metro quadrado ou fração e por ano.	31,95 €
153	Artigo 23.º	
154	Publicidade afixada ou pendurada, cada m2 ou fração:	
155	1) Por semana ou fração.	10,65 €
156	2) Por mês ou fração.	16,55 €
157	3) Por ano ou fração.	21,35 €
158	Artigo 24.º	
159	Renovação de licenças terão um adicional de 50% da taxa inicial.	
160	CAPÍTULO VI	
161	OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DO DOMÍNIO PÚBLICO	
162	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
163	Artigo 25.º	
164	Taxa geral e fixa	
165	1) Pela apreciação de pedidos de ocupação do espaço público - Regime Geral de Ocupação do Espaço Público (acrescem as taxas variáveis previstas no art.º 26.º, 27.º e 28.º); OU	58,00 €

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
166	2) Pela apreciação de pedidos de Comunicação Prévia com Prazo para ocupação do espaço público (acrescem as taxas variáveis previstas no art.º 26.º, 27.º e 28.º); OU	50,00 €
167	3) Receção de mera comunicação prévia - Ocupação de espaço público de acordo com os critérios legais e regulamentares fixados, conforme art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, 1 de abril (acrescem as taxas variáveis previstas no art.º 26.º, 27.º e 28.º).	15,00 €
168	Artigo 26.º	
169	Ocupação do espaço aéreo:	
170	1) Alpendres fixos ou articulados, não integrados nos edifícios, por metro linear de frente ou fração e por ano.	10,65 €
171	2) Toldos, por metro linear ou fração de frente e por ano ou fração.	4,30 €
172	3) Passarelas e outras construções e ocupações do espaço aéreo, por metro quadrado ou fração de projeções sobre a via pública e por ano.	10,65 €
173	4) Fitas anunciadoras, por metro quadrado ou fração e por mês:	
174	a) Sobre as fachadas dos prédios.	10,65 €
175	b) Sobre a via pública ou noutros locais públicos.	26,65 €
176	5) Fios telegráficos, telefónicos ou elétricos ou espias (por metro linear ou fração e por ano).	4,30 €
177	6) Guindastes e semelhantes, por mês.	26,65 €
178	7) Outras ocupações do espaço aéreo do domínio público, por metro linear ou fração e por ano.	6,40 €
179	Artigo 27.º	
180	Construções ou instalações especiais no solo ou subsolo:	
181	1) Depósitos subterrâneos, com exceção dos destinados a bombas abastecedoras, por metro cúbico ou fração e por ano.	21,35 €
182	2) Pavilhões, quiosques ou outras construções não incluídas nos números anteriores, por mês:	
183	a) Até 6 metros quadrados.	26,65 €
184	b) Por cada metro quadrado a mais.	3,70 €
185	c) Para fins não lucrativos.	10,65 €
186	3) Construções ou instalações provisórias por motivo de festejo ou outras celebrações para exercício de comércio e em acumulação.	
187	a) Por metro quadrado ou fração.	2,10 €
188	b) Por dia.	3,70 €
189	4) Circos, teatros, ambulantes, pistas de automóveis, carrosséis e similares, por metro quadrado e por dia.	0,10 €
190	Artigo 28.º	
191	Ocupações diversas:	
192	1) Postes ou marcos, por cada um:	
193	a) Para decorações (mastros) , por dia.	0,50 €
194	b) Para colocação de anúncios, por dia.	8,50 €
195	2) Dispositivos fixos ou móveis com fins publicitários ou para suportar publicidade para além das taxas do capítulo VI, por m2 ou fração de superfície e por ano.	16,00 €
196	3) Esplanadas c/ ou sem estrado, por metro quadrado ou fração e por mês.	3,20 €
197	4) Tubos, condutas, cabos condutores semelhantes, por ano:	0,00 €
198	a) Até 5 metros.	6,90 €
199	b) Mais de 5 metros, por cada metro a mais.	0,20 €
200	5) Arcas congeladores, conservadoras de gelados, máquinas de gelados, de chocolates e semelhantes, por metro ou fração e por mês.	7,45 €
201	6) Viaturas ou atrelados para exercer comércio ou indústria ou qualquer atividade lucrativa, ou mostruário, por metro ou fração e por dia.	10,65 €
202	7) Bancas, tabuleiros, velocípedes, carros, carretas e semelhantes, fora das zonas de feiras e mercados, por metro quadrado ou fração e por dia.	5,30 €
203	8) Outras ocupações da via pública – não previstas nas rubricas anteriores , por m2 e ou fração e por mês.	5,00 €
204	Artigo 29.º	
205	Renovação de licenças terão um adicional de 50% da taxa inicial.	
206	CAPÍTULO VII	
207	RECINTOS ITINERANTES, IMPROVISADOS, ACIDENTAIS E OUTROS	
208	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
209	Artigo 30.º	
210	1) Licença de instalação de recintos itinerantes ou improvisados	
211	1 .1 Por cada dia	21,35 €
212	2) Realização de vistoria quando se considere necessário	127,95 €
213	CAPÍTULO VIII	
214	DIVERSOS	
215	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
216	Artigo 31.º	
217	Vistorias não incluídas noutros capítulos.	
218	1- A utensílios e veículos usados no transporte ou exercício de profissão, comércio ou indústria na via pública, para verificação das condições de salubridade, por vistoria.	53,30 €
219	Artigo 32.º	
220	Licenças para localização ou ampliação, em terrenos particulares, de equipamentos ou atividades referidas no artº. 1º. do Decreto-Lei nº. 343/75, de 3 de julho, e artigo 1º. do Decreto-Lei nº. 117/94, de 3 de maio, por m2.	0,50 €
221	Artigo 33.º	
222	Exercício da atividade de transporte de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros - Decreto - Lei n.º 251/98, de 11 de agosto, Lei n.º 156/99, de 14 de agosto e Lei n.º 106/2001, de 31 de agosto	
223	a) Pela emissão de cada licença de táxi.	213,20 €
224	b) Averbamentos, por cada.	59,70 €
225	c) Pela emissão de segundas vias de licença.	12,80 €
226	Artigo 34.º	
227	Licenciamento de atividades diversas - Decreto-Lei n.º 364/2002, de 26 de novembro e Decreto Lei n.º 310/2002	
228	3- Atividade de acampamentos ocasionais:	
229	a) Licenciamento, por cada dia.	16,00 €
230	4 - Exercício da atividade de exploração de máquinas de diversão	
231	a) Comunicação no balcão único eletrónico dos serviços de registo de máquina de diversão	10,00 €
232	b) Comunicação no balcão único eletrónico dos serviços de alterações de propriedade da máquina	10,00 €
233	5- Licenciamento de espetáculos de natureza desportiva e divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre :	
234	c) Provas desportivas, por cada dia	19,20 €
235	i) Acresce, por cada entidade a consultar	2,75 €
236	ii) Com condicionamento de trânsito, acresce por dia	30,00 €
237	7- Licenciamento de Fogueiras e queimadas :	
238	a) Fogueiras populares.	5,30 €
239	b) Queimadas.	10,65 €
240	Artigo 35.º	
241	Licenciamento de ruído - Licenças específicas ao abrigo do Decreto-Lei nº. 9/2007, de 14 de novembro	
242	1- Realização de espetáculos e divertimentos públicos, por dia.	16,00 €
243	2- Para realização de obras, por dia.	2,70 €
244	3- Acresce, quando o pedido seja formulado com menos de 15 dias úteis sobre a data do evento/atividade	30,00 €
245	Artigo 36.º	
246	Fiscalização de Elevadores - Decreto-Lei nº. 313/2002, de 23 de dezembro	
247	a) Inspeções periódicas.	106,60 €
248	b) Reinspecções.	85,25 €
249	c) Outras inspeções.	106,60 €

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
250	Artigo 37.º	
251	Licenciamento de redes e estações de radiocomunicação - Decreto-Lei nº. 11/2003 de 18 de janeiro	
252	a) Instalação de infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações.	906,15 €
253	Artigo 38.º	
254	Apreciação dos pedidos de instalação, construção, reconstrução, ampliação e alteração em conformidade com o Decreto -Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 195/2008, de 6 de Outubro	
255	1- Apreciação dos projectos	
256	a) Instalações de Armazenamento e Postos de Abastecimento sujeitos a licenciamento não simplificado	
257	b) Instalações de Armazenamento e Postos de Abastecimento sujeitos a licenciamento simplificado A1, A2 e A3	380,00 €
258	2- Apreciação dos Projectos de Engenharia das Especialidades	145,00 €
259	Artigo 39.º	30,00 €
260	Pela realização de vistorias em conformidade com o Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 195/2008, de 6 de Outubro	
261	1- Vistorias relativas ao procedimento de licenciamento	
262	a) Sujeitos a licenciamento não simplificado	
263	$C \geq 500$	310,00 €
264	$200 \leq C < 500$	310,00 €
265	$100 \leq C < 200$	250,00 €
266	$50 \leq C < 100$	250,00 €
267	$10 \leq C < 50$	250,00 €
268	$C < 10$	250,00 €
269	b) Sujeitos a licenciamento simplificado A1, A2 e A3	
270	$100 \leq C < 200$	250,00 €
271	$50 \leq C < 100$	250,00 €
272	$10 \leq C < 50$	250,00 €
273	$C < 10$	250,00 €
274	2- Vistorias para verificação do cumprimento de medidas impostas nas decisões proferidas sobre reclamações	
275	$C \geq 500$	280,00 €
276	$200 \leq C < 500$	280,00 €
277	$100 \leq C < 200$	220,00 €
278	$50 \leq C < 100$	220,00 €
279	$10 \leq C < 50$	220,00 €
280	$C < 10$	220,00 €
281	3- Vistorias periódicas	
282	$C \geq 500$	290,00 €
283	$200 \leq C < 500$	290,00 €
284	$100 \leq C < 200$	230,00 €
285	$50 \leq C < 100$	230,00 €
286	$10 \leq C < 50$	230,00 €
287	$C < 10$	230,00 €
288	4- Vistorias para verificação das condições impostas (Repetição)	
289	$C \geq 500$	235,00 €
290	$200 \leq C < 500$	235,00 €
291	$100 \leq C < 200$	190,00 €

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
292	$50 \leq C < 100$	190,00 €
293	$10 \leq C < 50$	190,00 €
294	$C < 10$	190,00 €
295	Artigo 40.º	
296	Abervamentos em conformidade com o Decreto -Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 195/2008, de 6 de Outubro	10,00 €
297	Artigo 41.º	
298	Emissão do Alvará de Autorização de Utilização (Titula o funcionamento e a exploração das instalações), em conformidade com o Decreto -Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 195/2008, de 6 de Outubro	
299	1- Construção de postos de abastecimento de combustíveis	
300	a) Para consumo privado/cooperativo	65,00 €
301	b) Para consumo público	255,00 €
302	2- Armazenamento de produtos de petróleo e seus derivados em função da capacidade total dos reservatórios ou do parque - C (por metro cúbico)	
303	$C < 10$	30,00 €
304	$10 \leq C < 50$	30,00 €
305	$50 \leq C < 100$	30,00 €
306	$100 \leq C < 200$	30,00 €
307	$200 \leq C < 500$	30,00 €
308	$C \geq 500$	30,00 €
310	Artigo 42.º	
311	Redes e ramais de distribuição sujeitos ao regime estabelecido no (Decreto-Lei n.º 125/97, de 23 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 389/2007, de 30 de Novembro), em conformidade com o Decreto -Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 195/2008, de 6 de Outubro	
312	1- Autorização de execução	30,00 €
313	2- Autorização de entrada em funcionamento	30,00 €
314	Artigo 43.º	
315	Sistema de Indústria Responsável (Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto)	30,00 €
316	Taxas e despesas de controlo (conforme art.º 79.º do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto)	30,00 €
317	1- Receção da mera comunicação prévia de estabelecimentos de tipo 3	15,00 €
318	2- Pronuncia sobre o pedido de conversão em ZER	35,00 €
319	3- Apreciação dos pedidos de renovação ou aditamento da licença ambiental para estabelecimentos industriais existentes, que não envolvam pedido de alteração dos mesmos e apreciação dos pedidos de exclusão do regime de prevenção e controlo integrados da poluição	55,00 €
320	4- Vistorias em que a entidade coordenadora seja a Câmara Municipal	75,00 €
321	5- Selagem e desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos	60,00 €
322	Artigo 44.º	
323	Instalação e modificação de estabelecimentos comerciais (Decreto-Lei n.º 48/2011, 1 de abril)	
324	1- Receção de mera comunicação prévia - Instalação e modificação de estabelecimentos comerciais:	
325	a) Instalação e modificação de estabelecimentos de restauração ou bebidas, de comércio de bens, de prestações de serviços ou de armazenagem (Listas A , B e C do anexo I), conforme n.º 1 do art.º 2 do Decreto-Lei n.º 48/2011, 1 de abril;	15,00 €
326	b) Instalação e modificação de estabelecimentos de comércio a retalho que disponham de secções acessórias destinadas à realização de operações industriais e enquadradas no tipo 3 (Lista D do anexo I), conforme alínea a) do n.º 2 do art.º 2 do Decreto-Lei n.º 48/2011, 1 de abril;	15,00 €
327	c) Instalação e modificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas que disponham de secções acessórias destinadas ao fabrico próprio de pastelaria, panificação, gelados e atividades industriais similares (Tipo 3 ou Tipo 2, com exceção de estabelecimentos de restauração e bebidas, que não tenham a sua atividade principal no fabrico de produtos alimentares)	15,00 €
328	d) Instalação e modificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas que disponham de secções acessórias destinadas à venda de produtos alimentares (Lista E do Anexo I), conforme alínea b do n.º 2 do art.º 2 do Decreto-Lei n.º 48/2011, 1 de abril;	15,00 €
329	2- Pela apreciação de pedidos de comunicação prévia com prazo para instalação ou modificação de estabelecimentos comerciais, previstos nos n.os 1 a 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, 1 de abril, quando dependam de dispensa prévia de requisitos legais ou regulamentares aplicáveis às instalações, aos equipamentos e ao funcionamento das atividades económicas a exercer no estabelecimento.	75,00 €
330	Artigo 45.º	
331	Empreendimentos turísticos e alojamento local em conformidade com o Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de setembro e Portaria n.º 138/2012 de 14 de maio	

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
332	1) Placa identificativa (aquisição)	40,00 €
333	2) Receção de mera comunicação prévia - Registo de estabelecimentos de alojamento local, conforme n.º 2 do art.º 3.º da Portaria n.º 517/2008, de 25 de junho alterada pela Portaria n.º 138/2012, de 14 de maio;	15,00 €
334	3) Auditoria de classificação	50,00 €
335	Artigo 46.º	
336	Funcionamento das Comissões Arbitrais Municipais em conformidade com o Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro	
337	Artigo 47.º	
338	Outros	
339	1- Pela apreciação de pedidos de Comunicação Prévia com Prazo para a prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário	25,00 €
340	2- Receção de mera comunicação prévia - Abertura ao público e início de funcionamento das instalações desportivas, conforme art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio;	15,00 €
341	CAPÍTULO IX	
342	URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO	
343	Secção I	
344	Taxa devida pela emissão de alvará de licença ou comunicação prévia de loteamento com obras de urbanização	
345	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
346	1- Emissão do alvará de licença/admissão de comunicação prévia	123,65 €
347	1.1- Acresce ao montante referido no número anterior:	
348	a) Por lote	12,80 €
349	b) Por fogo	6,40 €
350	c) Por outras unidades de utilizações – por cada m2 ou fração	0,60 €
351	d) Por estacionamento/garagens/arrecadações	6,40 €
352	e) Prazo inicial e 1ª prorrogação - por cada mês ou fração	10,65 €
353	2- Aditamento ao alvará de licença/Alteração de comunicação prévia	61,80 €
354	2.1 – Acresce ao montante referido no número anterior as taxas previstas nas alíneas a), b), c), d) e e) do nº 1.1, resultante do aumento autorizado	
355	3- Prorrogação do prazo para execução de obras de urbanização em fase de acabamentos, por cada mês	21,35 €
356	Secção II	
357	Taxa devida pela emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia de loteamento sem obras de urbanização	
358	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
359	1- Emissão do alvará de licença/admissão de comunicação prévia	93,25 €
360	1.1-Acresce ao montante referido no nº anterior:	
361	a) por lote	12,80 €
362	b) por fogo	6,40 €
363	c) por outras unidades de utilizações - por cada m2 ou fração	0,60 €
364	d) por estacionamento/garagens/arrecadações	6,40 €
365	2 - Aditamento ao alvará de licença /alteração de comunicação prévia	46,90 €
366	2.1 – Acresce ao montante referido no número anterior as taxas previstas	
367	nas alíneas a), b) c) e d) do nº 1.1, resultante do aumento autorizado	
368	Secção III	
369	Taxa devida pela emissão de alvará de licença e admissão de comunicação prévia de obras de urbanização	
370	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
371	1- Emissão do alvará de licença /admissão de comunicação prévia	93,25 €
372	1.1- Acresce ao montante referido no número anterior:	
373	a) Prazo inicial e 1ª prorrogação - por cada mês ou fração	10,65 €
374	b) Tipo de infraestruturas: redes de abastecimento de água, redes de esgotos, arruamentos, arranjos exteriores etc- por cada tipo de obra	46,90 €

N.º ORDEM	DESCRICÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
375	2- Aditamento ao alvará de licença/alteração de comunicação prévia	46,90 €
376	2.1 - Acresce ao montante referido no número anterior as taxas previstas nas alíneas a) e b) do nº 1.1, resultante do aumento autorizado	
377	3- Prorrogação do prazo para execução de obras de urbanização em fase de acabamentos, por cada mês	10,65 €
378	Secção IV	
379	Receção de obras de urbanização	
380	DESCRICÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
381	1- Por auto de receção provisória e de obra de urbanização	62,90 €
382	1.1 Por lote em acumulação com o referido no número anterior	10,65 €
383	2- Por auto de receção definitiva	63,95 €
384	2.1- Por lote em acumulação com o referido no número anterior	10,65 €
385	Secção V	
386	Taxa devida pela emissão de alvará ou admissão de comunicação prévia de trabalhos de remodelação dos terrenos	
387	DESCRICÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
389	1- Emissão da respectiva licença ou admissão de comunicação prévia	30,95 €
390	2- Acresce ao montante referido no número anterior:	
391	2.1 - Prazo da execução – por cada mês ou fração	12,80 €
392	2.1.1 – Acresce, em função da área de terreno intervencionada:	
393	a) Até 1000 m2	6,40 €
394	b) de 1001 a 5000 m2	12,80 €
395	c) de 5001 a 10000 m2	17,05 €
396	d) Acima de 10000 m2	29,85 €
397	Secção VI	
398	Taxa devida pela emissão alvará de licença ou admissão de comunicação prévia para obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração	
399	DESCRICÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
400	Emissão de Alvará de licença ou admissão da comunicação prévia	61,80 €
401	Acresce ao montante anterior:	
402	1- Habitação, por m2 de área bruta de construção	1,10 €
403	2- Habitação coletiva, por m2 de área bruta	1,60 €
404	3 - Comercio, serviços, indústria e outros fins, por m2 de área bruta de construção	1,90 €
405	4- Prazo de execução - por cada mês ou fração	12,80 €
406	5- 1ª Prorrogação do prazo – por mês ou fração	12,80 €
407	6- 2ª Prorrogação do prazo em fase de acabamentos– por mês ou fração	13,85 €
408	7- Corpos salientes de construção na parte projetada sob a via pública, logradouros ou outros lugares públicos sob a administração municipal (varandas, alpendres integrados na construção, janela de sacada e semelhantes), taxas a acumular com as dos nºs anteriores por m2	37,30 €
409	8 – Aditamento ao alvará de licença/Alteração de comunicação prévia	31,95 €
410	8.1 – Acresce ao montante anterior:	
411	a) Em função do prazo, por cada mês ou fração	12,80 €
412	b) Em função da área da alterada, as constantes dos nºs 1, 2 e 3	
413	Secção VII	
414	Emissão de Alvará de Licença de Demolição de Edificação	
415	DESCRICÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
416	1- Emissão do alvará	30,95 €
417	1.1 Demolição de edifícios e outras construções, quando não integradas em procedimento de licença (por fogo ou fração)	24,55 €
418	1.2 Acresce ao montante anterior por mês ou fração	12,80 €
419	Secção VIII	
420	Admissão de Comunicação Prévia de Demolições de Edificações	

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
421	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
422	1- Edifícios, por piso ou fração	30,95 €
423	2- Outras demolições	24,55 €
424	3- Acresce ao montante anterior, por mês ou fração	12,80 €
425	Secção IX	
426	Emissão de Alvará de Licença de Obras de Edificação de Jazigos	
427	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
428	1- Emissão de Alvará	12,80 €
429	1.1 Acresce ao montante anterior :	
430	a) Por metro quadrado ou fração de área bruta de construção	3,20 €
431	b) Por mês ou fração	6,40 €
432	Secção X	
433	Emissão de Alvará de Licença de Serventias e Acessos	
434	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
435	1- Apreciação do pedido	3,20 €
436	2- Emissão de Alvará	12,80 €
437	3- Por metro quadrado	1,10 €
438	4- Em função do prazo, por mês ou fração	6,40 €
439	Secção XI	
440	Emissão de Alvará de licença de Trabalhos que impliquem com a Segurança, Salubridade, Estética e Topografia Local	
441	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
442	1- Depósitos de materiais, estaleiros e instalações a céu aberto:	
443	1.1 Emissão de alvará	12,80 €
444	1.1.1 Acresce ao montante anterior:	
445	a) Por metro quadrado	3,20 €
446	Secção XII	
447	Emissão de Alvará de Licença Parcial	
448	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
449	1- Licença de construção de estrutura, cumulativamente:	
450	a) Emissão do alvará de licença	31,95 €
451	b) Prazo de execução por mês ou fração	2,10 €
452	c) 30% da taxa devida pela emissão do alvará de licença definitivo	
453	Secção XIII	
454	Renovação de Alvará de licenciamento	
455	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
456	1- Emissão de alvará	61,80 €
457	1.1- Acresce ao montante anterior:	
458	a) por cada mês ou fração	12,80 €
459	b) 30% do valor do alvará caducado	
460	Secção XIV	
461	Renovação de admissão de comunicação prévia	
462	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
463	1- Renovação de admissão de comunicação prévia	
464	a) por cada mês ou fração	12,80 €
465	b) 30% do valor pago na admissão da comunicação prévia caducada	
466	Secção XV	
467	Licença Especial ou Comunicação Prévia Relativa a Obras Inacabadas	
468	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
469	1 - Emissão de licença especial para conclusão de obras inacabadas	
470	1.1- Obras de urbanização	93,80 €
471	1.2- Remodelação de terrenos	31,95 €
472	1.3- Obras de edificação	61,80 €
473	1.4- Demolição	29,85 €
474	2- Acresce ao montante anterior, por cada mês ou fração	12,80 €
475	Secção XVI	
476	Vistorias	
477	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
478	1- Vistoria a realizar para efeitos de emissão de autorização de e suas alterações de utilização	
479	1.1- Para habitação	31,95 €
480	1.2- Para comércio, serviços	61,80 €
481	1.3- Para armazéns, indústria	63,95 €
482	1.4- Para frações destinadas a garagem/arrumos	16,00 €
483	1.5- Por cada fogo ou unidade de ocupação em acumulação com os montantes referidos nos nºs anteriores	12,25 €
484	2- Vistorias para efeitos de emissão de alvará de autorização de utilização e suas alterações, de estabelecimentos previstos em legislação específica, por cada:	
485	2.1- De restauração ou de bebidas	104,50 €
486	2.2- De comércio alimentar, não alimentar e de prestação de serviços.	105,50 €
487	2.3- De Empreendimentos hoteleiros	106,60 €
488	2.4- Por cada estabelecimento comercial, de restauração ou de bebidas serviços e por quarto, em acumulação com o montante previstos no número anterior	12,80 €
489	3- Vistoria para efeitos de pedidos de receção provisória ou definitiva	63,95 €
490	3.1- Nos loteamentos, acresce no montante referido no nº anterior, por cada lote	5,30 €
491	4- Outras vistorias não previstas nos nºs anteriores	63,95 €
492	Secção XVII	
493	Emissão de Alvará de autorização de utilização e suas alterações	
494	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
495	1- Emissão de alvará de autorização de utilização e suas alterações	
496	a) Por fogo	62,90 €
497	b) Comércio	93,80 €
498	c) Serviços	93,80 €
499	d) Indústria	63,95 €
500	e) Outros fins	63,95 €
501	2- Emissão de alvará de utilização ou suas alterações, por cada estabelecimento previsto em legislação específica:	
502	a) De bebidas	124,75 €
503	b) De restauração	155,65 €
504	c) De restauração e de bebidas	186,55 €
505	d) De restauração e bebidas com dança	314,50 €
506	e) Outros Fins	186,55 €
507	2.2- Emissão de Alvará de Utilização e suas alterações por cada estabelecimento de comercio alimentar, não alimentar e de prestação de serviços	186,55 €
508	2.3- Emissão de Alvará de Utilização e suas alterações por cada estabelecimento hoteleiro e meio complementar de alojamento turístico	314,50 €
509	3- Acresce ao montante referido nos números anteriores por cada 50 m2 de área bruta ou fração	12,80 €
510	Secção XVIII	
511	Operações de destaque	
512	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
513	1- Por pedido ou reapreciação	31,95 €

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
514	2- Pela emissão de certidão de aprovação	63,95 €
515	Secção XIX	
516	Propriedade horizontal	
517	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
518	1- Por pedido e apreciação	37,30 €
519	2- Por emissão de certidão	69,30 €
520	2.1 - Por fração em acumulação com o montante referido no nº anterior	12,80 €
521	Secção XX	
522	Compropriedade	
523	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
524	1- Por pedido e apreciação	10,65 €
525	2- Por emissão de certidão	21,35 €
526	Secção XXI	
527	Informação prévia	
528	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
529	1- Pedido de informação prévia relativa à possibilidade de realização de operações de loteamento/obras de urbanização :	
530	a) Inferiores a 5000m2	63,95 €
531	b) Entre 5001 m2 e 10000m2	95,95 €
532	c) Em área superior a 1ha por fração e acumulada com o montante previsto na alínea anterior	63,95 €
533	2- Pedido de informação prévia sobre a possibilidade de realização de obras de edificação	37,30 €
534	3- Pedido de informação prévia relativa a alteração de utilização	16,00 €
535	4- Outros pedidos de informação prévia	42,65 €
536	Secção XXII	
537	Ocupação da via pública por motivo de obra	
538	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
539	1- Tapumes ou outros resguardos, por mês e por m2 da superfície do espaço público ocupado	2,10 €
540	2- Andaimes, por mês e por m2 da superfície do domínio público ocupado	3,20 €
541	3- Gruas, guindastes ou similares colocados no espaço público ou que se projetem sobre espaço publico, por mês e por unidade	31,95 €
542	4- Outras ocupações por m2 da superfície de domínio público ocupado e por mês	9,60 €
543	Secção XXIII	
544	Assuntos Administrativos	
545	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	ACTUALIZAÇÃO - 2013 - 3,1%
546	1- Apreciação de pedidos de licenciamento ou admissão de comunicação prévia de obras de urbanização	53,30 €
547	2- Apreciação de pedidos de licenciamento ou admissão de comunicação prévia de obras de edificação	10,65 €
548	3- Apreciação de pedidos de licenciamento ou admissão de comunicação prévia de operações de loteamento	53,30 €
549	4- Apreciação de pedido de informação sobre os instrumentos de desenvolvimento territorial em vigor para determinada área do Município, bem como das demais condições gerais a que devem obedecer as operações urbanísticas	5,30 €
550	6- Apreciação de pedido de informação sobre o estado e andamento dos processos, com especificação dos atos já praticados e dos respectivo conteúdo, e daqueles que ainda devam sê-lo, bem como dos prazos aplicáveis a estes últimos	5,30 €
551	7- Averbamentos por substituição do requerente ou comunicante, do responsável por qualquer dos projetos apresentados ou diretor técnico da obra, do empreiteiro ou industrial de construção civil, por cada	30,95 €
552	8- Certidões:	
553	8.1- Certidão de localização de industrias e outros empreendimentos	63,95 €
554	8.2- Outras certidões	34,15 €
555	8.2.1 – Por folha, em acumulação com o montante referido no nº anterior	3,20 €
556	9- Declarações	31,95 €
557	9.1 – Por folha, em acumulação com o montante referido no nº anterior	2,70 €

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
558	10- Fotocópia simples de peças escritas, por folha	0,50 €
559	10.1- Fotocópia autenticada de peças escritas, por folha	1,60 €
560	11- Cópia simples de peças desenhadas A4	0,60 €
561	11.1- Cópia simples de peças desenhadas, por folha e noutros formatos:	
562	a) Formato A3	0,90 €
563	b) Formato superior	3,70 €
564	12- Cópia autenticada de peças desenhadas, por folha e de formato A4	1,60 €
565	12.1- Cópia autenticada de peças desenhadas, por folha, noutros formatos:	
566	a) Formato A3	1,70 €
567	b) Formato superior	5,30 €
568	13- Autenticação de documentos por folha	1,10 €
569	14- Plantas topográficas de localização, por folha e de formato A4	3,70 €
570	14.1- Plantas topográficas de localização, por folha noutros formatos:	
571	a) Formato A3	4,30 €
572	b) Formato superior	6,40 €
573	15- Plantas topográficas de localização, em qualquer escala, em suporte informático	13,85 €
574	16- Ficha técnica de habitação:	
575	a) Depósito de ficha técnica da habitação	18,15 €
576	b) Emissão de 2ª via da ficha técnica da habitação	28,75 €
577	17- Cartografia impressa:	
578	a) Vetorial	
579	i) Cartografia de base	
580	. Formato A4	3,70 €
581	. Formato A3	4,00 €
582	ii) Cartografia de pormenor	
583	. Formato A4	7,40 €
584	. Formato A3	8,00 €
585	b) Raster	
586	i) Formato A4	15,00 €
587	ii) Formato A3	30,00 €
588	18- Cartografia digital	
589	a) Vetorial e por shapefile	
590	i) Cartografia de base	15,00 €
591	ii) Cartografia de pormenor	750,00 €

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	TOTAL INDEXANTE OU II-III+IV) FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA <small>(De acordo com o art.º 4.º e 5.º do art.º 13. Estatui, de 28 de Dezembro)</small>		I - FIXADA POR DIPLOMA LEGAL		II - BENEFÍCIO AUFERIDO PELO PARTICULAR (BAP)		II - DESINCENTIVO		III - CUSTO DA ACTIVIDADE PÚBLICA LOCAL (CAPL) = (A)+(B)+(C)	CUSTOS DIRECTOS					CUSTOS INDIRECTOS		FUTUROS INVESTIMENTOS (C)
			Componente Variável	Componente Fixa	Base Legal	Valor	Em valor	Factor de Majoração do Custo	Em valor	Factor de Majoração do Custo		TOTAL CUSTOS DIRECTOS (A) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)	MÃO-DE-OBRA DIRECTA (1)	REINTEGRAÇÕES DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS (2) <small>(previsto sobre o custo subordenado)</small>	TERCEIROS (3) <small>(previsto sobre prestações de serviços...)</small>	OUTROS CUSTOS DIRECTOS (4) <small>(previsto sobre o custo de locação e cobrança de serviços...)</small>	CUSTOS ESPECÍFICOS TAXAS TIPO II (5)	TOTAL CUSTOS INDIRECTOS	

CAPÍTULO I

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.
1	Artigo 1.º		---	---									-	---	---	0,00 €		---		---	
2	Prestação de serviços e concessão de documentos:		---	---									-	---	---	0,00 €		---		---	
3	1- Alvarás não especialmente contemplados na tabela (excepto nomeação e exoneração), cada.	10,65 €	0,00	51,93 €									X	51,93 €	50,89 €	37,94 €	1,18 €		11,77 €	1,04 €	
4	2- Atestados, declarações ou documentos análogos e suas confirmações, cada.	10,65 €	0,00	18,16 €									X	18,16 €	17,84 €	11,65 €	0,43 €		5,77 €	0,32 €	
5	3- Autos ou Termos de qualquer espécie.	8,50 €	0,00	15,50 €									X	15,50 €	15,25 €	9,16 €	0,33 €		5,77 €	0,25 €	
6	4- Averbamentos de qualquer espécie, cada.	8,50 €	0,00	13,98 €									X	13,98 €	13,77 €	7,77 €	0,23 €		5,77 €	0,21 €	
7	5- Buscas a processos e ou documentos, ainda que não se encontre o objeto de busca.	6,40 €	0,00	10,04 €									X	10,04 €	9,93 €	3,94 €	0,23 €		5,77 €	0,11 €	
8	6- Certidões de teor ou fotocópias autenticadas:		---	---									-	---	---	0,00 €		---		---	
9	a) Não excedendo uma lauda.	5,30 €	0,00	15,50 €									X	15,50 €	15,25 €	9,16 €	0,33 €		5,77 €	0,25 €	
10	b) Por cada lauda ou face além da primeira, ainda que incompleta.	3,20 €	0,00	8,93 €									X	8,93 €	8,85 €	2,95 €	0,13 €		5,77 €	0,08 €	
11	7- Certidões narrativas.	10,65 €	0,00	12,89 €									X	12,89 €	12,71 €	6,65 €	0,30 €		5,77 €	0,18 €	
12	8- Conferir e autenticar documentos apresentados por particulares:		---	---									-	---	---	0,00 €		---		---	
13	a) Até 5 folhas.	10,65 €	0,00	15,13 €									X	15,13 €	14,88 €	8,89 €	0,23 €		5,77 €	0,24 €	
14	b) Por cada folha a mais.	0,65 €	0,00	0,91 €									X	0,91 €	0,89 €	0,87 €	0,01 €		0,00 €	0,02 €	
15	9- Fotocópias autenticadas, de documentos arquivados, cada.	5,30 €	0,00	9,21 €									X	9,21 €	9,12 €	3,21 €	0,14 €		5,77 €	0,09 €	
16	10- Fotocópias avulsas, por cada folha.	0,50 €	0,00	0,63 €									X	0,63 €	0,62 €	0,59 €	0,03 €		0,00 €	0,02 €	
17	11- Registo de minas e de nascentes de água mineromedicinal.	127,95 €	0,00	129,72 €			X		1,25				X	57,66 €	56,89 €	27,96 €	0,66 €		28,27 €	0,77 €	
18	12- Termos de entrega de documentos junto a processos, cuja restituição haja sido autorizada	5,30 €	0,00	5,77 €									X	5,77 €	5,77 €	0,00 €	0,00 €		5,77 €	0,00 €	
19	13- Emissão de pareceres, cada.	32,55 €	0,00	38,37 €									X	38,37 €	37,52 €	31,09 €	0,66 €		5,77 €	0,86 €	
20	14- Duplicado ou substituição de documentos extraviados ou em mau estado, cada.	10,10 €	0,00	10,46 €									X	10,46 €	10,34 €	4,35 €	0,23 €		5,77 €	0,12 €	
21	15- Cópias de plantas, levantamentos, mapas e estudos, por cada folha.	4,80 €	4,80	5,77 €			X	4,80 €					X	5,77 €	5,77 €	0,00 €	0,00 €		5,77 €	0,00 €	
22	a) Em formato A4, cada folha.	4,80 €	4,80	5,77 €			X	4,80 €					X	5,77 €	5,77 €	0,00 €	0,00 €		5,77 €	0,00 €	
23	b) Em formato superior, cada folha.	9,60 €	9,60	5,77 €			X	9,60 €					X	5,77 €	5,77 €	0,00 €	0,00 €		5,77 €	0,00 €	
24	16- Horário de funcionamento de estabelecimento comercial:		---	---									-	---	---	0,00 €		---		---	
25	a) Pela receção de mera comunicação prévia - Horário de funcionamento, bem como das suas alterações;	15,00 €	0,00	15,22 €									X	15,22 €	14,97 €	9,01 €	0,20 €		5,77 €	0,25 €	
26	b) Pela apreciação de alterações excecionais ao horário de funcionamento (prolongamento de horário para além dos limites)	35,00 €	3,67	51,93 €			X	3,67 €					X	51,93 €	50,89 €	37,94 €	1,18 €		11,77 €	1,04 €	
27	i) acresce por cada entidade a consultar	5,00 €	0,00	10,78 €									X	10,78 €	10,78 €	0,00 €	0,00 €		10,78 €	0,00 €	
28	17- Balcão Único Eletrónico e outras plataformas para submissão eletrónica de permissões administrativas	---	---	---						X		0,25	-	---	---	0,79 €		---		---	
29	a) Receção de comunicação relativamente a assuntos não especialmente prevista noutros capítulos	10,00 €	0,00	10,49 €									X	10,49 €	10,37 €	4,50 €	0,10 €		5,77 €	0,12 €	
30	b) Receção da mera comunicação prévia - Apreciação dos elementos instrutórios submetidos via Balcão único eletrónico ou similar relativos a Meras Comunicações Prévias quando não especialmente prevista noutros capítulos	15,00 €	0,00	15,22 €									X	15,22 €	14,97 €	9,01 €	0,20 €		5,77 €	0,25 €	
31	c) Reapreciação dos elementos instrutórios relativos a meras comunicações prévias quando reenviados na sequência de notificação eletrónica para suprir lacunas ou não conformidades	10,00 €	0,00	10,49 €									X	10,49 €	10,37 €	4,50 €	0,10 €		5,77 €	0,12 €	
32	d) Pela apreciação de pedidos de comunicação prévia com prazo relativas a pretensões não especialmente previstas noutros capítulos	75,00 €	0,00	77,27 €									X	77,27 €	75,71 €	56,57 €	1,38 €		17,77 €	1,56 €	
33	e) Por cada acesso mediado	7,50 €	0,00	8,14 €									X	8,14 €	8,06 €	2,22 €	0,10 €		5,77 €	0,06 €	
34	18- Registo de Cidadãos Estrangeiros da União Europeia nos termos dos artigos n.º 14.º e 29.º da Lei nº 37/2006, de 9 de agosto e da Portaria n.º 13334-D/2010 de 31 de dezembro		---	---									-	---	---	0,00 €		---		---	
35	a) Emissão de Certificado	15,00 €	---	---	X	Portaria n.º 13334-D/2010 de 31 de dezembro	15,00 €						-	---	---	0,00 €		---		---	
36	b) Segunda via de certificado, em caso de extravio, roubo ou deterioração (acresce à taxa de emissão referida na alínea anterior)	10,00 €	0,00	10,00 €	X	Portaria n.º 13334-D/2010 de 31 de dezembro	10,00 €														
37	c) Realização de serviço externo nos termos do n.º 2 do art.º 7.º da Portaria n.º 1334-D/2010, de 31 de dezembro	30,00 €	0,00	30,00 €	X	Portaria n.º 13334-D/2010 de 31 de dezembro	30,00 €														
38	19- Certidão onde se identifique o n.º da licença, tipo de veículo, data de emissão e validade emitida em conformidade com o n.º 2 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 313/2009, de 27 de outubro	18,00 €	20,09	0,00 €									X	20,09 €	19,57 €	18,85 €	0,72 €		0,00 €	0,52 €	
39	20- Outros serviços ou atos não especialmente previstos nesta tabela ou legislação especial.	19,00 €	0,00	21,10 €									X	21,10 €	20,71 €	14,42 €	0,53 €		5,77 €	0,40 €	

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	TOTAL INDEXANTE OU II-III-IV) FUNDAMENTAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA <small>(De acordo com o art.º 4.º da Lei n.º 13- 2006, de 29 de Dezembro)</small>		I - FIXADA POR DIPLOMA LEGAL		II - BENEFÍCIO AUFERIDO PELO PARTICULAR (BAP)		II - DESINCENTIVO		III - CUSTO DA ACTIVIDADE PÚBLICA LOCAL (CAPL) = (A)+(B)+(C)	CUSTOS DIRECTOS							CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INVESTIMENTOS (C)	
			Componente Variável	Componente Fixa	Base Legal	Valor	Em valor	Factor de Majoração do Cuid.	Em valor	Factor de Majoração do Cuid.		TOTAL CUSTOS DIRECTOS (A) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)	MÃO-DE-OBRA DIRECTA (1)	REINTEGRAÇÕES DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS (2) <small>(previsto sobre o custo subordenado)</small>	TERCEIROS (3) <small>(previsto sobre prestações de serviços...)</small>	OUTROS CUSTOS DIRECTOS (4) <small>(previsto sobre custos de locação e cobrança de locações...)</small>	CUSTOS ESPECÍFICOS TAXAS TIPO II (5)				
40	CAPÍTULO II																				
41	CEMITÉRIOS																				
42	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.
43	Artigo 2.º		—	—									-	—	—	0,00 €		—		—	
44	Inumações:		—	—									-	—	—	0,00 €		—		—	
45	1) Em covais, por cada.	106,60 €	0,00	108,13 €									X	108,13 €	96,61 €	87,08 €	3,77 €		5,77 €		11,51 €
46	2) Em jazigos, por cada.	37,30 €	0,00	44,45 €									X	44,45 €	40,15 €	32,98 €	1,40 €		5,77 €		4,30 €
47	3) Em túmulos ou sarcófagos, por cada.	37,30 €	—	—									-	—	—	1,40 €		—		—	
48	Artigo 3.º		—	—									-	—	—	0,00 €		—		—	
49	Exumação		—	—									-	—	—	0,00 €		—		—	
50	1) Por cada ossada, incluindo limpeza e trasladação dentro do cemitério.	213,20 €	0,00	225,13 €		X		1,00					X	112,56 €	100,55 €	90,85 €	3,93 €		5,77 €		12,02 €
51	Artigo 4.º		—	—									-	—	—	0,00 €		—		—	
52	Ocupação de ossários municipais:		—	—									-	—	—	0,00 €		—		—	
53	1) Por cada ano ou fração.	16,55 €	0,00	26,01 €									X	26,01 €	25,42 €	5,20 €	0,18 €		5,77 €	14,27 €	0,59 €
54	2) Com carácter de perpetuidade.	319,80 €	0,00	725,37 €									X	725,37 €	724,79 €	5,20 €	0,18 €		5,77 €	713,84 €	0,59 €
55	Artigo 5.º		—	—									-	—	—	0,00 €		—		—	
56	Depósito transitório de caixões:		—	—									-	—	—	0,00 €		—		—	
57	1) Por dia ou fração, excetuando o primeiro.	11,70 €	12,00	0,00 €		X	12,00 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €	
58	Artigo 6.º		—	—									-	—	—	0,00 €		—		—	
59	Concessão de terrenos:		—	—									-	—	—	0,00 €		—		—	
60	1) Para sepulturas perpétuas.	639,65 €	0,00	2.866,29 €									X	2.866,29 €	2.865,70 €	5,20 €	0,18 €		5,77 €	2.854,55 €	0,59 €
61	2) Para jazigos, por cada metro quadrado, ou fração.	1.066,05 €	—	—									-	—	—	0,00 €		—		—	
62	Artigo 7.º		—	—									-	—	—	0,00 €		—		—	
63	Utilização da capela, por cada hora ou fração excetuando a primeira.	4,30 €	5,00	0,00 €		X	5,00 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €	
64	Artigo 8.º		—	—									-	—	—	0,00 €		—		—	
65	Serviços diversos:		—	—									-	—	—	0,00 €		—		—	
66	1) Trasladações.	138,55 €	0,00	139,10 €									X	139,10 €	124,07 €	113,39 €	4,92 €		5,77 €		15,02 €
67	2) Averbamentos em alvará de concessão de terrenos em nome de novo proprietário:		—	—									-	—	—	0,00 €		—		—	
68	a) Classes sucessíveis, nos termos das alíneas a) a e) do artº. 2133 do Código Civil:		—	—									-	—	—	0,00 €		—		—	
69	1) Para jazigos.	115,10 €	0,00	133,15 €		X		5,00					X	22,19 €	20,40 €	14,06 €	0,58 €		5,77 €		1,79 €
70	2) Para sepulturas perpétuas.	98,10 €	0,00	99,87 €		X		3,50					X	22,19 €	20,40 €	14,06 €	0,58 €		5,77 €		1,79 €
71	b) Pessoas diferentes da alínea anterior:		—	—									-	—	—	0,00 €		—		—	
72	1) Para jazigos.	1.625,75 €	0,00	1.772,19 €					X	1.750,00 €			X	22,19 €	20,40 €	14,06 €	0,58 €		5,77 €		1,79 €
73	2) Para sepulturas perpétuas.	455,20 €	0,00	522,19 €					X	500,00 €			X	22,19 €	20,40 €	14,06 €	0,58 €		5,77 €		1,79 €
74	Observações:		—	—									-	—	—	0,00 €		—		—	
75	1ª - Os direitos dos concessionários de terrenos ou jazigos não poderão ser transmitidos por atos entre vivos, sem autorização municipal.		—	—									-	—	—	0,00 €		—		—	
76	2ª - As obras em jazigos e sepulturas perpétuas carecem de licenciamento municipal.		—	—									-	—	—	0,00 €		—		—	
77	3ª - Pelas obras em jazigos e sepulturas perpétuas são devidas as taxas previstas no capítulo de licenciamento de obras particulares.		—	—									-	—	—	0,00 €		—		—	
78	CAPÍTULO III																				
79	MERCADOS E FEIRAS																				
80	Secção I																				
81	Mercados																				
82	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	TOTAL INDEXANTE OU II+III+IV) FUNDAMENTAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA <small>(pelo valor em m2 ou em m2 x 4 m2 x 4 m2 Lei n.º 13- E/2006, de 29 de Dezembro)</small>		I - FIXADA POR DIPLOMA LEGAL		II - BENEFÍCIO AUFERIDO PELO PARTICULAR (BAP)				II - DESINCENTIVO		III - CUSTO DA ACTIVIDADE PÚBLICA LOCAL (CAPL) = (A)+(B)+(C)	CUSTOS DIRECTOS						CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INVESTIMENTOS (C)	
			Componente Variável	Componente Fixa	Base Legal	Valor	Em valor	Factor de Majoração do Cuidb	Em valor	Factor de Majoração do Cuidb	TOTAL CUSTOS DIRECTOS (A) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)	MÃO-DE-OBRA DIRECTA (1)		REINTEGRAÇÕES DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS (2) <small>(previsto abate a outro subsector)</small>	TERCEIROS (3) <small>(previsto abate a outro subsector)</small>	OUTROS CUSTOS DIRECTOS (4) <small>(previsto abate a outro subsector)</small>	CUSTOS ESPECÍFICOS TAXAS TIPO II (5)	TOTAL CUSTOS INDIRECTOS				
83	Artigo 9.º		---	---								-	---	---	---	0,00 €		---	---	---	---	
84	Ocupação de bancas, lojas e outros espaços no mercado municipal:		---	---								-	---	---	---	0,00 €		---	---	---	---	
85	1) Lojas, por mês.	77,85 €	80,00	0,00 €				X	80,00 €					0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	
86	2) Bancas:		---	---								-	---	---	---	0,00 €		---	---	---	---	
87	a) Ocupação efetiva, por m2 ou fração, mês	4,80 €	5,00	0,00 €			X	5,00 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	
88	b) Ocupação acidental:		---	---								-	---	---	---	0,00 €		---	---	---	---	
89	1) Produtores locais, por m2, dia.	0,30 €	0,50	0,00 €			X	0,50 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	
90	2) Outros, por m2, dia.	1,60 €	2,00	0,00 €			X	2,00 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	
91	3) Outros espaços cobertos:		---	---								-	---	---	---	0,00 €		---	---	---	---	
92	a) Ocupação efetiva, por m2 ou por fração, mês.	3,80 €	4,00	0,00 €			X	4,00 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	
93	b) Estacionamento de viaturas na garagem, por viatura e por mês	30,00 €	35,00	0,00 €			X	35,00 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	
94	Secção II																					
95	Atividade de comércio a retalho (feirantes e vendedores ambulantes)																					
96	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.	
97	Artigo 10.º		---	---									-	---	---	---	0,00 €		---	---	---	---
98	1) Ocupação de espaço de venda concedida por tempo determinado		---	---									-	---	---	---	0,00 €		---	---	---	---
99	a) Terrados por m2 e por dia:		0,00	5,77 €								X	5,77 €	5,77 €	0,00 €	0,00 €		5,77 €		0,00 €	0,00 €	
100	i) M2/ ou fração por dia – corresponde ao terrado do Artº. 30º, do Regulamento Municipal de Mercados e Feiras, sem prejuízo da taxa específica prevista na subalínea seguinte.	0,35 €	---	---		X	0,35 €					-	---	---	---	0,00 €		---	---	---	---	
101	ii) M2/ ou fração e por dia - quando a ocupação se relacione com venda de produtos agrícolas e animais de capoeira e produtos artesanais - (produtores locais)	0,15 €	0,15	5,77 €		X	0,15 €					X	5,77 €	5,77 €	0,00 €	0,00 €		5,77 €		0,00 €	0,00 €	
102	2) Autorização para a realização e gestão de feiras por entidades privadas em conformidade com o n.º 3 do art.º 21.º do Lei n.º 27/2013, de 12 de abril	575,00 €	575,00	0,00 €			575,00 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €	0,00 €	
103	Artigo 11.º		0,00	0,00 €									0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €	0,00 €	
104	Exercício de atividade de comércio por grosso não sedentário em conformidade com o Decreto-Lei n.º 173/2012, de 2 de agosto		0,00	0,00 €									0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €	0,00 €	
105	1) Atribuição de espaço de venda concedida por tempo determinado, aplicam-se as taxas previstas no n.º 1 do art.º 10.º	40,00 €	40,00	0,00 €			40,00 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €	0,00 €	
106	2) Autorização para a realização e gestão de feiras grossistas por entidades privadas em conformidade com o n.º 2 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 173/2012, de 2 de agosto	575,00 €	575,00	0,00 €			575,00 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €	0,00 €	
107	3) Registo dos comerciantes que exercem a atividade de venda por grosso em feiras na área do respetivo Município	12,00 €	12,00	0,00 €			12,00 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €	0,00 €	
108	CAPÍTULO IV																					
109	PROTECÇÃO AO RELEVO NATURAL, SOLO ARÁVEL E REVESTIMENTO VEGETAL (Decreto-Lei nº. 139/89, de 28 de abril) E AÇÕES DE ARBORIZAÇÃO E REARBORIZAÇÃO, COM RECURSOS A ESPÉCIES FLORESTAIS (Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho)																					
110	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.	
111	Artigo 12.º		---	---									-	---	---	---	0,00 €		---	---	---	---
112	Licenciamento, no âmbito do Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de abril, para ações de:		---	---									-	---	---	---	0,00 €		---	---	---	---
113			---	---									-	---	---	---	0,00 €		---	---	---	---
114	1) Destruição do revestimento vegetal que não tenham fins agrícolas e por hectare ou fração.	37,30 €	0,00	41,48 €								X	41,48 €	40,71 €	28,18 €	0,78 €		11,77 €		0,78 €	0,78 €	
115	2) Aterro ou escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas de solo arável e por hectare ou fração.	26,65 €	15,24	36,75 €				X	15,24 €			X	36,75 €	36,10 €	23,68 €	0,66 €		11,77 €		0,66 €	0,66 €	
116	Artigo 13.º		---	---									-	---	---	---	0,00 €		---	---	---	---
117	Deslocações no âmbito da emissão de pareceres inerentes a ações de arborização e rearboração, com recursos a espécies florestais (art.º 19.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho)	50,00 €	0,00	52,21 €								X	52,21 €	51,31 €	32,69 €	0,85 €		17,77 €		0,90 €	0,90 €	
118	CAPÍTULO V																					
119	PUBLICIDADE																					
120	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.	
121	Artigo 14.º		---	---									-	---	---	---	0,00 €		---	---	---	---
122	Pela apreciação de pedidos de licenciamento de mensagens publicitárias de natureza comercial, excluindo as previstas no n.º 3 do art.º 1.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, alterada pela Lei n.º 23/2000, de 23 de agosto, com a redação introduzida pelo art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril e demais normas regulamentares (acrescem as taxas nos artigos seguintes).	35,00 €	0,00	36,58 €								X	36,58 €	35,94 €	23,38 €	0,79 €		11,77 €		0,64 €	0,64 €	
123	Artigo 15.º		---	---									-	---	---	---	0,00 €		---	---	---	---
124	Licenciamento de Publicidade sonora:		---	---									-	---	---	---	0,00 €		---	---	---	---

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	TOTAL INDEXANTE OU II-III+IV) FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA (De acordo com o art.º 4.º e 5.º do art.º 13. E2006, de 28 de Dezembro)		I - FIXADA POR DIPLOMA LEGAL		II - BENEFÍCIO AUFERIDO PELO PARTICULAR (BAP)		II - DESINCENTIVO		III - CUSTO DA ACTIVIDADE PÚBLICA LOCAL (CAPL) = (A)+(B)+(C)	CUSTOS DIRECTOS						CUSTOS INDIRECTOS		FUTUROS INVESTIMENTOS (C)				
			Componente Variável	Componente Fixa		Base Legal	Valor	Em valor	Factor de Majoração do Custo	Em valor		Factor de Majoração do Custo		TOTAL CUSTOS DIRECTOS (A) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)	MÃO-DE-OBRA DIRECTA (1)	REINTEGRAÇÕES DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS (2) (previsto abate a todo o subsector)	TERCEIROS (3) (previsto abate a todo o subsector)	OUTROS CUSTOS DIRECTOS (4) (previsto abate a todo o subsector)	CUSTOS ESPECÍFICOS TAXAS TIPO II (5)		TOTAL CUSTOS INDIRECTOS			
125	1) Por dia e por unidade.	10,65 €	3,67	34,21 €				X	3,67 €				X	34,21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
126	Artigo 16.º		—	—									-	—	—	—	0,00 €			—		—		
127	Publicidade em estabelecimentos:		—	—									-	—	—	—	0,00 €			—		—		
128	1) Instalação e licença do 1.º ano de publicidade em estabelecimentos (expositores ao público tal como vitrines, mostradores ou semelhantes ou que funcionam como tal), por metro quadrado ou fração.	10,65 €	7,31	34,21 €				X	7,31 €				X	34,21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
129	2) Renovação de licenças, por m2 ou fração e por ano.	5,30 €	4,88	34,21 €				X	4,88 €				X	34,21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
130	Artigo 17.º		—	—									-	—	—	—	0,00 €			—		—		
131	Anúncios luminosos por ano:		—	—									-	—	—	—	0,00 €			—		—		
132	1) Instalação e licença no 1.º Ano:		—	—									-	—	—	—	0,00 €			—		—		
133	a) Até 5 m2.	26,65 €	27,45	34,21 €				X	27,45 €				X	34,21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
134	b) Por cada m2 a mais ou fração.	5,30 €	7,31	34,21 €				X	7,31 €				X	34,21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
135	2) Renovação das licenças, por cada ano seguinte:		—	—					0,00 €				-	—	—	—	0,00 €			—		—		
136	a) Até 5 m2	16,00 €	15,24	34,21 €				X	15,24 €				X	34,21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
137	b) Por cada m2 a mais ou fração.	4,30 €	3,67	5,77 €				X	3,67 €				X	5,77 €	5,77 €	0,00 €	0,00 €			5,77 €		0,00 €		
138	Artigo 18.º		—	—					0,00 €				-	—	—	—	0,00 €			—		—		
139	Publicidade nos transportes coletivos, por m2 ou fração e por ano.	21,35 €	15,24	34,21 €				X	15,24 €				X	34,21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
140	Artigo 19.º		—	—					0,00 €				-	—	—	—	0,00 €			—		—		
141	Exibição de publicidade em viaturas de firmas que exercem a atividade no Concelho.		—	—					0,00 €				-	—	—	—	0,00 €			—		—		
142	1) Por m2 ou fração e por ano.	10,65 €	—	—					0,00 €				-	—	—	—	0,00 €			—		—		
143	Artigo 20.º		—	—					0,00 €				-	—	—	—	0,00 €			—		—		
144	Exibição transitória de publicidade em carro ou qualquer viatura, balão suspenso ou qualquer outro meio:		—	—					0,00 €				-	—	—	—	0,00 €			—		—		
145	1) Por cada anúncio e por dia.	21,35 €	3,05	34,21 €				X	3,05 €				X	34,21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
146	2) Por semana.	53,30 €	55,00	34,21 €				X	55,00 €				X	34,21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
147	Artigo 21.º		—	—									-	—	—	—	0,00 €			—		—		
148	Cartazes (de papel ou tela) a fixar em vedações, tapumes, muros, paredes e locais semelhantes onde tal não seja proibido:		—	—									-	—	—	—	0,00 €			—		—		
149	1) Até 200 cartazes e por mês.	31,95 €	0,32	34,21 €				X	0,32 €				X	34,21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
150	2) Mais de 200 cartazes e por cada.	0,40 €	0,37	34,21 €				X	0,37 €				X	34,21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
151	Artigo 22.º		—	—									-	—	—	—	0,00 €			—		—		
152	Anúncios ou cartazes com publicidade rotativa afixados, colados ou justapostos em dispositivos publicitários autorizadas pelo município por metro quadrado ou fração e por ano.	31,95 €	15,24	34,21 €				X	15,24 €				X	34,21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
153	Artigo 23.º		—	—									-	—	—	—	0,00 €			—		—		
154	Publicidade afixada ou pendurada, cada m2 ou fração:		—	—									-	—	—	—	0,00 €			—		—		
155	1) Por semana ou fração.	10,65 €	7,31	34,21 €				X	7,31 €				X	34,21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
156	2) Por mês ou fração.	16,55 €	15,24	34,21 €				X	15,24 €				X	34,21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
157	3) Por ano ou fração.	21,35 €	18,29	34,21 €				X	18,29 €				X	34,21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
158	Artigo 24.º		—	—									-	—	—	—	0,00 €			—		—		
159	Renovação de licenças terão um adicional de 50% da taxa inicial.		—	—									-	—	—	—	0,00 €			—		—		
160	CAPÍTULO VI																							
161	OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DO DOMÍNIO PÚBLICO																							
162	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA		BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE		CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.	
163	Artigo 25.º		—	—										-	—	—	—	0,00 €			—		—	
164	Taxa geral e fixa		—	—										-	—	—	—	0,00 €			—		—	
165	1) Pela apreciação de pedidos de ocupação do espaço público - Regime Geral de Ocupação do Espaço Público (acrescem as taxas variáveis previstas no art.º 26.º, 27.º e 28.º); OU	58,00 €	0,00	60,38 €										X	60,38 €	59,11 €	46,19 €	1,15 €			11,77 €		1,27 €	

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	TOTAL INDEXANTE OU II-III+IV) FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA <small>(Ver quadro anexo III, art.º 4.º e art.º 1.º, alínea 1.ª, E.O.R. de 28 de Dezembro)</small>		I - FIXADA POR DIPLOMA LEGAL		II - BENEFÍCIO AUFERIDO PELO PARTICULAR (BAP)		II - DESINCENTIVO		III - CUSTO DA ACTIVIDADE PÚBLICA LOCAL (CAPL) = (A)+(B)+(C)	TOTAL CUSTOS DIRECTOS (A) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)	MÃO-DE-OBRA DIRECTA (1)	REINTEGRAÇÕES DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS (2) <small>(premiado sobre o valor subscrito)</small>	TERCEIROS (3) <small>(valor das prestações de serviços...)</small>	OUTROS CUSTOS DIRECTOS (4) <small>(premiado sobre o valor de locação e cobrança de serviços...)</small>	CUSTOS ESPECÍFICOS TAXAS TIPO II (5)	TOTAL CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INVESTIMENTOS (C)		
			Componente Variável	Componente Fixa	Base Legal	Valor	Em valor	Factor de Majoração do Custo	Em valor	Factor de Majoração do Custo											
166	2) Pela apreciação de pedidos de Comunicação Prévia com Prazo para ocupação do espaço público (acrescem as taxas variáveis previstas no art.º 26.º, 27.º e 28.º); OU	50,00 €	0.00	77.27 €							X 77.27 €	75,71 €	56,57 €	1,38 €			17,77 €		1,56 €		
167	3) Receção de mera comunicação prévia - Ocupação de espaço público de acordo com os critérios legais e regulamentares fixados, conforme art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, 1 de abril (acrescem as taxas variáveis previstas no art.º 26.º, 27.º e 28.º).	15,00 €	0.00	15.22 €							X 15.22 €	14,97 €	9,01 €	0,20 €			5,77 €		0,25 €		
168	Artigo 26.º		—	—							- —	—	—	0,00 €			—		—		
169	Ocupação do espaço aéreo:		—	—							- —	—	—	0,00 €			—		—		
170	1) Alpendres fixos ou articulados, não integrados nos edifícios, por metro linear de frente ou fração e por ano.	10,65 €	0.00	34.21 €							X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
171	2) Toldos, por metro linear ou fração de frente e por ano ou fração.	4,30 €	3.67	34.21 €					X 3.67 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
172	3) Passarelas e outras construções e ocupações do espaço aéreo, por metro quadrado ou fração de projecções sobre a via pública e por ano.	10,65 €	9.15	34.21 €					X 9.15 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
173	4) Fitas anunciadoras, por metro quadrado ou fração e por mês:		—	—							- —	—	—	0,00 €			—		—		
174	a) Sobre as fachadas dos prédios.	10,65 €	6.09	34.21 €					X 6.09 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
175	b) Sobre a via pública ou noutros locais públicos.	26,65 €	24.40	34.21 €					X 24.40 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
176	5) Fios telegráficos, telefónicos ou elétricos ou espías (por metro linear ou fração e por ano).	4,30 €	3.05	34.21 €					X 3.05 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
177	6) Guindastes e semelhantes, por mês.	26,65 €	24.40	34.21 €					X 24.40 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
178	7) Outras ocupações do espaço aéreo do domínio público, por metro linear ou fração e por ano.	6,40 €	4.56	34.21 €					X 4.56 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
179	Artigo 27.º		—	—					0,00 €		- —	—	—	0,00 €			—		—		
180	Construções ou instalações especiais no solo ou subsolo:		—	—					0,00 €		- —	—	—	0,00 €			—		—		
181	1) Depósitos subterrâneos, com exceção dos destinados a bombas abastecedoras, por metro cúbico ou fração e por ano.	21,35 €	18.29	34.21 €					X 18.29 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
182	2) Pavilhões, quiosques ou outras construções não incluídas nos números anteriores, por mês:		—	—					0,00 €		- —	—	—	0,00 €			—		—		
183	a) Até 6 metros quadrados.	26,65 €	24.40	34.21 €					X 24.40 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
184	b) Por cada metro quadrado a mais.	3,70 €	3.05	34.21 €					X 3.05 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
185	c) Para fins não lucrativos.	10,65 €	0.91	34.21 €					X 0.91 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
186	3) Construções ou instalações provisórias por motivo de festejo ou outras celebrações para exercício de comércio e em acumulação.		—	—					0,00 €		- —	—	—	0,00 €			—		—		
187	a) Por metro quadrado ou fração.	2,10 €	1.83	34.21 €					X 1.83 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
188	b) Por dia.	3,70 €	3.05	34.21 €					X 3.05 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
189	4) Circos, teatros, ambulantes, pistas de automóveis, carroséis e similares, por metro quadrado e por dia.	0,10 €	0.08	34.21 €					X 0.08 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
190	Artigo 28.º		—	—					0,00 €		- —	—	—	0,00 €			—		—		
191	Ocupações diversas:		—	—					0,00 €		- —	—	—	0,00 €			—		—		
192	1) Postes ou marcos, por cada um:		—	—					0,00 €		- —	—	—	0,00 €			—		—		
193	a) Para decorações (mastros) , por dia.	0,50 €	0.32	34.21 €					X 0.32 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
194	b) Para colocação de anúncios, por dia.	8,50 €	7.31	34.21 €					X 7.31 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
195	2) Dispositivos fixos ou móveis com fins publicitários ou para suportar publicidade para além das taxas do capítulo VI, por m2 ou fração de superfície e por ano.	16,00 €	12.19	34.21 €					X 12.19 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
196	3) Esplanadas c/ ou sem estrado, por metro quadrado ou fração e por mês.	3,20 €	1.83	34.21 €					X 1.83 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
197	4) Tubos, condutas, cabos condutores semelhantes, por ano:	0,00 €	—	—					0,00 €		- —	—	—	0,00 €			—		—		
198	a) Até 5 metros.	6,90 €	6.09	34.21 €					X 6.09 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
199	b) Mais de 5 metros, por cada metro a mais.	0,20 €	0.16	34.21 €					X 0.16 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
200	5) Arcas congeladores, conservadoras de gelados, máquinas de gelados, de chocolates e semelhantes, por metro ou fração e por mês.	7,45 €	6.09	34.21 €					X 6.09 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
201	6) Viaturas ou atrelados para exercer comércio ou indústria ou qualquer atividade lucrativa, ou mostruário, por metro ou fração e por dia.	10,65 €	7.31	34.21 €					X 7.31 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
202	7) Bancas, tabuleiros, velocípedes, carros, carretas e semelhantes, fora das zonas de feiras e mercados, por metro quadrado ou fração e por dia.	5,30 €	1.23	34.21 €					X 1.23 €		X 34.21 €	33,62 €	21,17 €	0,69 €			11,77 €		0,58 €		
203	8) Outras ocupações da via pública – não previstas nas rubricas anteriores , por m2 e ou fração e por mês.	5,00 €	—	—					0,00 €		- —	—	—	0,00 €			—		—		
204	Artigo 29.º																				
205	Renovação de licenças terão um adicional de 50% da taxa inicial.																				
206	CAPÍTULO VII																				
207	RECINTOS ITINERANTES, IMPROVISADOS, ACIDENTAIS E OUTROS																				
208	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	TOTAL INDEXANTE OU (I+II+III+IV) - FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA <small>(De acordo com o art.º 4.º do n.º 1.º do art.º 13. E.O.M. de 28 de Dezembro)</small>		I - FIXADA POR DIPLOMA LEGAL		II - BENEFÍCIO AUFERIDO PELO PARTICULAR (BAP)		II - DESINCENTIVO		III - CUSTO DA ACTIVIDADE PÚBLICA LOCAL (CAPL) = (A)+(B)+(C)	CUSTOS DIRECTOS						CUSTOS INDIRECTOS		FUTUROS INVESTIMENTOS (C)		
			Componente Variável	Componente Fixa	Base Legal	Valor	Em valor	Factor de Majoração do Custo	Em valor	Factor de Majoração do Custo		TOTAL CUSTOS DIRECTOS (A) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)	MÃO-DE-OBRA DIRECTA (1)	REINTEGRAÇÕES DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS (2) <small>(previamente abatido a outros subsídios)</small>	TERCEIROS (3) <small>(previamente abatido a outros subsídios)</small>	OUTROS CUSTOS DIRECTOS (4) <small>(previamente abatido a outros subsídios)</small>	CUSTOS ESPECÍFICOS TAXAS TIPO II (5)	TOTAL CUSTOS INDIRECTOS				
209	Artigo 30.º		---	---							-	---	---	---	0,00 €		---	---	---	---	---	
210	1) Licença de instalação de recintos itinerantes ou improvisados		---	---							-	---	---	---	0,00 €		---	---	---	---	---	
211	1.1 Por cada dia	21,35 €	0.00	21.48 €							X	21.48 €	21.07 €	14.91 €	0.39 €		5.77 €			0.41 €		
212	2) Realização de vistoria quando se considere necessário	127,95 €	0.00	129.05 €							X	129.05 €	125.99 €	111.43 €	2.79 €		11.77 €			3.06 €		
213	CAPÍTULO VIII																					
214	DIVERSOS																					
215	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.	
216	Artigo 31.º		---	---				0,00 €					-	---	---	---	---	---	---	---	---	
217	Vistorias não incluídas noutros capítulos.		---	---				0,00 €					-	---	---	---	---	---	---	---	---	
218	1- A utensílios e veículos usados no transporte ou exercício de profissão, comércio ou indústria na via pública, para verificação das condições de salubridade, por vistoria.	53,30 €	0.00	56.12 €									X	56.12 €	55.19 €	33.70 €		0.72 €		20.77 €	0.93 €	
219	Artigo 32.º		---	---									-	---	---	---	---	---	---	---	---	
220	Licenças para localização ou ampliação, em terrenos particulares, de equipamentos ou atividades referidas no artº. 1º. do Decreto-Lei nº. 343/75, de 3 de julho, e artigo 1º. do Decreto-Lei nº. 117/84, de 3 de maio, por m2.	0,50 €	0.50	5.77 €			X	0.50 €					X	5.77 €	5.77 €	0.00 €	0.00 €		5.77 €		0.00 €	
221	Artigo 33.º		---	---									-	---	---	---	---	---	---	---	---	
222	Exercício da atividade de transporte de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros - Decreto - Lei n.º 251/98, de 11 de agosto, Lei n.º 156/99, de 14 de agosto e Lei n.º 106/2001, de 31 de agosto		---	---									-	---	---	---	---	---	---	---	---	
223	a) Pela emissão de cada licença de táxi.	213,20 €	0.00	258.70 €									X	258.70 €	252.12 €	239.32 €		7.03 €		5.77 €	6.58 €	
224	b) Averbamentos, por cada.	59,70 €	0.00	59.90 €			X		2.00				X	19.97 €	19.60 €	13.44 €	0.39 €		5.77 €		0.37 €	
225	c) Pela emissão de segundas vias de licença.	12,80 €	0.00	19.97 €									X	19.97 €	19.60 €	13.44 €	0.39 €		5.77 €		0.37 €	
226	Artigo 34.º		---	---									-	---	---	---	---	---	---	---	---	
227	Licenciamento de atividades diversas - Decreto-Lei n.º 364/2002, de 26 de novembro e Decreto Lei n.º 310/2002		---	---									-	---	---	---	---	---	---	---	---	
228	3- Atividade de acampamentos ocasionais:		---	---									-	---	---	---	---	---	---	---	---	
229	a) Licenciamento, por cada dia.	16,00 €	0.00	19.47 €									X	19.47 €	19.11 €	13.05 €	0.30 €		5.77 €		0.36 €	
230	4 - Exercício da atividade de exploração de máquinas de diversão		---	---									-	---	---	---	---	---	---	---	---	
231	a) Comunicação no balcão único eletrónico dos serviços de registo de máquina de diversão	10,00 €	0.00	125.95 €						X		4.00	X	25.19 €	24.68 €	18.49 €	0.43 €		5.77 €		0.51 €	
232	b) Comunicação no balcão único eletrónico dos serviços de alterações de propriedade da máquina	10,00 €	0.00	62.98 €						X		1.50	X	25.19 €	24.68 €	18.49 €	0.43 €		5.77 €		0.51 €	
233	5- Licenciamento de espetáculos de natureza desportiva e divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre :		---	---									-	---	---	---	---	---	---	---	---	
234	c) Provas desportivas, por cada dia	19,20 €	0.00	26.14 €									X	26.14 €	25.74 €	14.57 €	0.39 €		10.78 €		0.40 €	
235	i) Acresce, por cada entidade a consultar	2,75 €																				
236	ii) Com condicionamento de trânsito, acresce por dia	30,00 €																				
237	7- Licenciamento de Fogueiras e queimadas :		---	---									-	---	---	---	---	---	---	---	---	
238	a) Fogueiras populares.	5,30 €	0.00	12.55 €									X	12.55 €	12.37 €	6.44 €	0.17 €		5.77 €		0.18 €	
239	b) Queimadas.	10,65 €	0.00	12.55 €									X	12.55 €	12.37 €	6.44 €	0.17 €		5.77 €		0.18 €	
240	Artigo 35.º		---	---									-	---	---	---	---	---	---	---	---	
241	Licenciamento de ruído - Licenças específicas ao abrigo do Decreto-Lei nº. 9/2007, de 14 de novembro		---	---									-	---	---	---	---	---	---	---	---	
242	1- Realização de espetáculos e divertimentos públicos, por dia.	16,00 €		---									-	---	---	---	---	---	---	---	---	
243	2- Para realização de obras, por dia.	2,70 €	5.50	19.98 €						X	5.50 €		X	19.98 €	19.61 €	13.48 €	0.36 €		5.77 €		0.37 €	
244	3- Acresce, quando o pedido seja formulado com menos de 15 dias úteis sobre a data do evento/atividade	30,00 €	---	---									-	---	---	---	---	---	---	---	---	
245	Artigo 36.º		---	---									-	---	---	---	---	---	---	---	---	
246	Fiscalização de Elevadores - Decreto-Lei nº. 313/2002, de 23 de dezembro		---	---									-	---	---	---	---	---	---	---	---	
247	a) Inspeções periódicas.	106,60 €	0.00	124.08 €									X	124.08 €	122.10 €	71.79 €	2.05 €	35.00 €	13.27 €		1.97 €	
248	b) Reinspecções.	85,25 €	0.00	109.93 €									X	109.93 €	108.32 €	58.40 €	1.66 €	35.00 €	13.27 €		1.61 €	
249	c) Outras inspeções.	106,60 €	0.00	124.08 €									X	124.08 €	122.10 €	71.79 €	2.05 €	35.00 €	13.27 €		1.97 €	

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	TOTAL INDEXANTE OU (I+II+IV) - FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA <small>(De acordo com o art.º 4.º da Lei n.º 13- E/2006, de 29 de Dezembro)</small>		I - FIXADA POR DIPLOMA LEGAL		II - BENEFÍCIO AUFERIDO PELO PARTICULAR (BAP)		II - DESINCENTIVO		III - CUSTO DA ACTIVIDADE PÚBLICA LOCAL (CAPL) = (A)+(B)+(C)	CUSTOS DIRECTOS							CUSTOS INDIRECTOS		FUTUROS INVESTIMENTOS (C)
			Componente Variável	Componente Fixa	Base Legal	Valor	Em valor	Factor de Majoração do Custo	Em valor	Factor de Majoração do Custo		TOTAL CUSTOS DIRECTOS (A) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)	MÃO-DE-OBRA DIRECTA (1)	REINTEGRAÇÕES DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS (2) <small>(previsto sobre o custo subsectorial)</small>	TERCEIROS (3) <small>(previsto sobre prestações de serviços...)</small>	OUTROS CUSTOS DIRECTOS (4) <small>(previsto sobre custos de locação e cobrança, deslocações...)</small>	CUSTOS ESPECÍFICOS TAXAS TIPO II (5)	TOTAL CUSTOS INDIRECTOS			
250	Artigo 37.º		—	—							-	—	—	—	—	0,00 €	—	—	—	—	
251	Licenciamento de redes e estações de radiocomunicação - Decreto-Lei nº. 11/2003 de 18 de janeiro		—	—							-	—	—	—	—	0,00 €	—	—	—	—	
252	a) Instalação de infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações.	906,15 €	0.00	943,41 €				X	900.00 €			X	43,41 €	41,41 €	28,83 €	0,81 €			11,77 €	2,00 €	
253	Artigo 38.º		—	—							-	—	—	—	—	0,00 €	—	—	—	—	
254	Apreciação dos pedidos de instalação, construção, reconstrução, ampliação e alteração em conformidade com o Decreto -Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 195/2008, de 6 de Outubro		—	—							-	—	—	—	—	0,00 €	—	—	—	—	
255	1- Apreciação dos projectos		—	—							-	—	—	—	—	0,00 €	—	—	—	—	
256	a) Instalações de Armazenamento e Postos de Abastecimento sujeitos a licenciamento não simplificado		0.00	392,56 €							X	392,56 €	334,63 €	108,79 €	2,55 €	200,00 €		23,29 €		57,93 €	
257	b) Instalações de Armazenamento e Postos de Abastecimento sujeitos a licenciamento simplificado A1, A2 e A3	380,00 €	0.00	413,91 €							X	413,91 €	280,28 €	261,14 €	5,87 €				13,27 €	133,63 €	
258	2- Apreciação dos Projectos de Engenharia das Especialidades	145,00 €	0.00	190,49 €							X	190,49 €	139,44 €	131,47 €	2,20 €				5,77 €	51,05 €	
259	Artigo 39.º	30,00 €	—	—							-	—	—	—	—	0,00 €	—	—	—	—	
260	Pela realização de vistorias em conformidade com o Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 195/2008, de 6 de Outubro		—	—							-	—	—	—	—	0,00 €	—	—	—	—	
261	1- Vistorias relativas ao procedimento de licenciamento		—	—							-	—	—	—	—	0,00 €	—	—	—	—	
262	a) Sujeitos a licenciamento não simplificado		—	—							-	—	—	—	—	0,00 €	—	—	—	—	
263	C ≥ 500	310,00 €	0.00	310,14 €							X	310,14 €	270,13 €	75,10 €	1,76 €	180,00 €		13,27 €		40,02 €	
264	200 ≤ C < 500	310,00 €	0.00	310,14 €							X	310,14 €	270,13 €	75,10 €	1,76 €	180,00 €		13,27 €		40,02 €	
265	100 ≤ C < 200	250,00 €	0.00	310,14 €							X	310,14 €	270,13 €	75,10 €	1,76 €	180,00 €		13,27 €		40,02 €	
266	50 ≤ C < 100	250,00 €	0.00	310,14 €							X	310,14 €	270,13 €	75,10 €	1,76 €	180,00 €		13,27 €		40,02 €	
267	10 ≤ C < 50	250,00 €	0.00	250,14 €							X	250,14 €	210,13 €	75,10 €	1,76 €	120,00 €		13,27 €		40,02 €	
268	C < 10	250,00 €	0.00	250,14 €							X	250,14 €	210,13 €	75,10 €	1,76 €	120,00 €		13,27 €		40,02 €	
269	b) Sujeitos a licenciamento simplificado A1, A2 e A3		—	—							-	—	—	—	—	0,00 €	—	—	—	—	
270	100 ≤ C < 200	250,00 €	0.00	250,14 €							X	250,14 €	210,13 €	75,10 €	1,76 €	120,00 €		13,27 €		40,02 €	
271	50 ≤ C < 100	250,00 €	0.00	250,14 €							X	250,14 €	210,13 €	75,10 €	1,76 €	120,00 €		13,27 €		40,02 €	
272	10 ≤ C < 50	250,00 €	0.00	250,14 €							X	250,14 €	210,13 €	75,10 €	1,76 €	120,00 €		13,27 €		40,02 €	
273	C < 10	250,00 €	0.00	250,14 €							X	250,14 €	210,13 €	75,10 €	1,76 €	120,00 €		13,27 €		40,02 €	
274	2- Vistorias para verificação do cumprimento de medidas impostas nas decisões proferidas sobre reclamações		—	—							-	—	—	—	—	0,00 €	—	—	—	—	
275	C ≥ 500	280,00 €	0.00	281,41 €							X	281,41 €	251,11 €	56,51 €	1,33 €	180,00 €		13,27 €		30,30 €	
276	200 ≤ C < 500	280,00 €	0.00	281,41 €							X	281,41 €	251,11 €	56,51 €	1,33 €	180,00 €		13,27 €		30,30 €	
277	100 ≤ C < 200	220,00 €	0.00	221,41 €							X	221,41 €	191,11 €	56,51 €	1,33 €	120,00 €		13,27 €		30,30 €	
278	50 ≤ C < 100	220,00 €	0.00	221,41 €							X	221,41 €	191,11 €	56,51 €	1,33 €	120,00 €		13,27 €		30,30 €	
279	10 ≤ C < 50	220,00 €	0.00	221,41 €							X	221,41 €	191,11 €	56,51 €	1,33 €	120,00 €		13,27 €		30,30 €	
280	C < 10	220,00 €	0.00	221,41 €							X	221,41 €	191,11 €	56,51 €	1,33 €	120,00 €		13,27 €		30,30 €	
281	3- Vistorias periódicas		—	—							-	—	—	—	—	1,10 €	—	—	—	—	
282	C ≥ 500	290,00 €	0.00	290,49 €							X	290,49 €	256,49 €	61,73 €	1,50 €	180,00 €		13,27 €		33,98 €	
283	200 ≤ C < 500	290,00 €	0.00	290,49 €							X	290,49 €	256,49 €	61,73 €	1,50 €	180,00 €		13,27 €		33,98 €	
284	100 ≤ C < 200	230,00 €	0.00	230,49 €							X	230,49 €	196,49 €	61,73 €	1,50 €	120,00 €		13,27 €		33,98 €	
285	50 ≤ C < 100	230,00 €	0.00	230,49 €							X	230,49 €	196,49 €	61,73 €	1,50 €	120,00 €		13,27 €		33,98 €	
286	10 ≤ C < 50	230,00 €	0.00	230,49 €							X	230,49 €	196,49 €	61,73 €	1,50 €	120,00 €		13,27 €		33,98 €	
287	C < 10	230,00 €	0.00	230,49 €							X	230,49 €	196,49 €	61,73 €	1,50 €	120,00 €		13,27 €		33,98 €	
288	4- Vistorias para verificação das condições impostas (Repetição)		—	—							-	—	—	—	—	0,94 €	—	—	—	—	
289	C ≥ 500	235,00 €	0.00	236,41 €							X	236,41 €	206,11 €	56,51 €	1,33 €	135,00 €		13,27 €		30,30 €	
290	200 ≤ C < 500	235,00 €	0.00	236,41 €							X	236,41 €	206,11 €	56,51 €	1,33 €	135,00 €		13,27 €		30,30 €	
291	100 ≤ C < 200	190,00 €	0.00	191,41 €							X	191,41 €	161,11 €	56,51 €	1,33 €	90,00 €		13,27 €		30,30 €	

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	TOTAL INDEXANTE OU (III+IV) - FUNDAMENTAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA <small>(De acordo com o art.º 4.º e 5.º do art.º 13. E.O.M. de 28 de Dezembro)</small>		I - FIXADA POR DIPLOMA LEGAL		II - BENEFÍCIO AUFERIDO PELO PARTICULAR (BAP)		II - DESINCENTIVO		III - CUSTO DA ACTIVIDADE PÚBLICA LOCAL (CAPL) = (A)+(B)+(C)	TOTAL CUSTOS DIRECTOS (A) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)	CUSTOS DIRECTOS					CUSTOS INDIRECTOS		FUTUROS INVESTIMENTOS (C)
			Componente Variável	Componente Fixa	Base Legal	Valor	Em valor	Factor de Majoração do Custo	Em valor	Factor de Majoração do Custo			MÃO-DE-OBRA DIRECTA (1)	REINTEGRAÇÕES DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS (2) <small>(previsto para o ano subsequente)</small>	TERCEIROS (3) <small>(valor das prestações de serviços...)</small>	OUTROS CUSTOS DIRECTOS (4) <small>(previsão de custos de locação e cobrança de serviços...)</small>	CUSTOS ESPECÍFICOS TAXAS TIPO II (5)	TOTAL CUSTOS INDIRECTOS		
292	50 ≤ C < 100	190,00 €	0,00	191,41 €							X	191,41 €	161,11 €	56,51 €	1,33 €	90,00 €	13,27 €		30,30 €	
293	10 ≤ C < 50	190,00 €	0,00	191,41 €							X	191,41 €	161,11 €	56,51 €	1,33 €	90,00 €	13,27 €		30,30 €	
294	C < 10	190,00 €	0,00	191,41 €							X	191,41 €	161,11 €	56,51 €	1,33 €	90,00 €	13,27 €		30,30 €	
295	Artigo 40.º		—	—							-	—	—	—	0,00 €			—		
296	Abervamentos em conformidade com o Decreto -Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 195/2008, de 6 de Outubro	10,00 €	0,00	11,03 €							X	11,03 €	8,97 €	3,11 €	0,09 €			5,77 €	2,07 €	
297	Artigo 41.º		—	—							-	—	—	—	0,00 €			—		
298	Emissão do Alvará de Autorização de Utilização (Título o funcionamento e a exploração das instalações), em conformidade com o Decreto -Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 195/2008, de 6 de Outubro		—	—							-	—	—	—	0,00 €			—		
299	1- Construção de postos de abastecimento de combustíveis		—	—							-	—	—	—	0,00 €			—		
300	a) Para consumo privado/cooperativo	65,00 €	0,00	72,81 €			X	1,25			X	32,36 €	19,95 €	13,62 €	0,56 €			5,77 €	12,41 €	
301	b) Para consumo público	255,00 €	0,00	258,87 €			X	7,00			X	32,36 €	19,95 €	13,62 €	0,56 €			5,77 €	12,41 €	
302	2- Armazenamento de produtos de petróleo e seus derivados em função da capacidade total dos reservatórios ou do parque - C (por metro cúbico)		—	—							-	—	—	—	0,56 €			—		
303	C < 10	30,00 €	0,00	32,36 €							X	32,36 €	19,95 €	13,62 €	0,56 €			5,77 €	12,41 €	
304	10 ≤ C < 50	30,00 €	0,00	32,36 €							X	32,36 €	19,95 €	13,62 €	0,56 €			5,77 €	12,41 €	
305	50 ≤ C < 100	30,00 €	0,00	32,36 €							X	32,36 €	19,95 €	13,62 €	0,56 €			5,77 €	12,41 €	
306	100≤ C < 200	30,00 €	0,00	32,36 €							X	32,36 €	19,95 €	13,62 €	0,56 €			5,77 €	12,41 €	
307	200≤ C <500	30,00 €	0,00	32,36 €							X	32,36 €	19,95 €	13,62 €	0,56 €			5,77 €	12,41 €	
308	C ≥ 500	30,00 €	0,00	32,36 €							X	32,36 €	19,95 €	13,62 €	0,56 €			5,77 €	12,41 €	
310	Artigo 42.º		—	—							-	—	—	—	0,00 €			—		
311	Redes e ramais de distribuição sujeitos ao regime estabelecido no (Decreto-Lei n.º 125/97, de 23 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 389/2007, de 30 de Novembro), em conformidade com o Decreto -Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 195/2008, de 6 de Outubro		—	—							-	—	—	—	0,00 €			—		
312	1- Autorização de execução	30,00 €	0,00	32,36 €							X	32,36 €	19,95 €	13,62 €	0,56 €			5,77 €	12,41 €	
313	2- Autorização de entrada em funcionamento	30,00 €	0,00	32,36 €							X	32,36 €	19,95 €	13,62 €	0,56 €			5,77 €	12,41 €	
314	Artigo 43.º		—	—							-	—	—	—	0,00 €			—		
315	Sistema de Indústria Responsável (Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto)	30,00 €	0,00	160,58 €							X	160,58 €	111,49 €	96,07 €	2,16 €			13,27 €	49,09 €	
316	Taxas e despesas de controlo (conforme art.º 79.º do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto)	30,00 €	—	—							-	—	—	—	0,00 €			—		
317	1- Receção da mera comunicação prévia de estabelecimentos de tipo 3	15,00 €	0,00	41,99 €							X	41,99 €	30,28 €	24,00 €	0,51 €			5,77 €	11,71 €	
318	2- Pronuncia sobre o pedido de conversão em ZER	35,00 €	0,00	171,62 €							X	171,62 €	118,11 €	102,49 €	2,35 €			13,27 €	53,51 €	
319	3- Apreciação dos pedidos de renovação ou aditamento da licença ambiental para estabelecimentos industriais existentes, que não envolvam pedido de alteração dos mesmos e apreciação dos pedidos de exclusão do regime de prevenção e controlo integrados da poluição	55,00 €	0,00	78,91 €							X	78,91 €	55,20 €	48,40 €	1,04 €			5,77 €	23,70 €	
320	4- Vistorias em que a entidade coordenadora seja a Câmara Municipal	75,00 €	0,00	158,33 €							X	158,33 €	107,24 €	91,72 €	2,25 €			13,27 €	51,09 €	
321	5- Selagem e desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos	60,00 €	0,00	152,06 €							X	152,06 €	101,83 €	86,34 €	2,22 €			13,27 €	50,24 €	
322	Artigo 44.º		—	—							-	—	—	—	0,00 €			—		
323	Instalação e modificação de estabelecimentos comerciais (Decreto-Lei n.º 48/2011, 1 de abril)		—	—							-	—	—	—	0,00 €			—		
324	1- Receção de mera comunicação prévia - Instalação e modificação de estabelecimentos comerciais:		0,00	13,48 €							X	13,48 €	13,28 €	7,32 €	0,20 €			5,77 €	0,20 €	
325	a) Instalação e modificação de estabelecimentos de restauração ou bebidas, de comércio de bens, de prestações de serviços ou de armazenagem (Listas A , B e C do anexo I), conforme n.º 1 do art.º 2 do Decreto-Lei n.º 48/2011, 1 de abril;	15,00 €	0,00	15,22 €							X	15,22 €	14,97 €	9,01 €	0,20 €			5,77 €	0,25 €	
326	b) Instalação e modificação de estabelecimentos de comércio a retalho que disponham de secções acessórias destinadas à realização de operações industriais e enquadradas no tipo 3 (Lista D do anexo I), conforme alínea a) do n.º 2 do art.º 2 do Decreto-Lei n.º 48/2011, 1 de abril;	15,00 €	0,00	15,22 €							X	15,22 €	14,97 €	9,01 €	0,20 €			5,77 €	0,25 €	
327	c) Instalação e modificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas que disponham de secções acessórias destinadas ao fabrico próprio de pastelaria, panificação, gelados e atividades industriais similares (Tipo 3 ou Tipo 2, com excepção do tipo 3)	15,00 €	0,00	15,22 €							X	15,22 €	14,97 €	9,01 €	0,20 €			5,77 €	0,25 €	
328	d) Instalação e modificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas que disponham de secções acessórias destinadas à venda de produtos alimentares (Lista E do Anexo I), conforme alínea b do n.º 2 do art.º 2 do Decreto-Lei n.º 48/2011, 1 de abril;	15,00 €	0,00	15,22 €							X	15,22 €	14,97 €	9,01 €	0,20 €			5,77 €	0,25 €	
329	2- Pela apreciação de pedidos de comunicação prévia com prazo para instalação ou modificação de estabelecimentos comerciais, previstos nos n.os 1 a 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, 1 de abril, quando dependam de dispensa prévia de requisitos legais ou regulamentares aplicáveis às instalações, aos equipamentos e ao funcionamento das atividades económicas a exercer no estabelecimento.	75,00 €	0,00	77,27 €							X	77,27 €	75,71 €	56,57 €	1,38 €			17,77 €	1,56 €	
330	Artigo 45.º		0,00	5,77 €							X	5,77 €	5,77 €	0,00 €	0,00 €			5,77 €	0,00 €	
331	Empreendimentos turísticos e alojamento local em conformidade com o Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de setembro e Portaria n.º 138/2012 de 14 de maio		—	—							-	—	—	—	0,00 €			—		

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	TOTAL INDEXANTE OU II-III+IV) FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA <small>(para valores em euros, até a 31/12/2014, até 13- Euros, de 13 de Dezembro)</small>		I - FIXADA POR DIPLOMA LEGAL		II - BENEFÍCIO AUFERIDO PELO PARTICULAR (BAP)		II - DESINCENTIVO		III - CUSTO DA ACTIVIDADE PÚBLICA LOCAL (CAPL) = (A)+(B)+(C)	CUSTOS DIRECTOS						CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INVESTIMENTOS (C)		
			Componente Variável	Componente Fixa	Base Legal	Valor	Em valor	Factor de Majoração do Custo	Em valor	Factor de Majoração do Custo		TOTAL CUSTOS DIRECTOS (A) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)	MÃO-DE-OBRA DIRECTA (1)	REINTEGRAÇÕES DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS (2) <small>(previamente abatido a outros subsídios)</small>	TERCEIROS (3) <small>(previamente abatido a outros subsídios)</small>	OUTROS CUSTOS DIRECTOS (4) <small>(previamente abatido a outros subsídios)</small>	CUSTOS ESPECÍFICOS TAXAS TIPO II (5)				
332	1) Placa identificativa (aquisição)	40,00 €	0,00	45,77 €							X	45,77 €	45,77 €	0,00 €	0,00 €		5,77 €	40,00 €	0,00 €		
333	2) Receção de mera comunicação prévia - Registo de estabelecimentos de alojamento local, conforme n.º 2 do art.º 3.º da Portaria n.º 517/2008, de 25 de junho alterada pela Portaria n.º 138/2012, de 14 de maio;	15,00 €	0,00	15,22 €							X	15,22 €	14,97 €	9,01 €	0,20 €		5,77 €		0,25 €		
334	3) Auditoria de classificação	50,00 €	0,00	51,06 €							X	51,06 €	50,03 €	37,36 €	0,90 €		11,77 €		1,03 €		
335	Artigo 46.º		—	—							-	—	—		0,00 €		—		—		
336	Funcionamento das Comissões Arbitrais Municipais em conformidade com o Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro		—	—							-	—	—		0,00 €		—		—		
337	Artigo 47.º		—	—							-	—	—		0,00 €		—		—		
338	Outros		—	—							-	—	—		0,00 €		—		—		
339	1- Pela apreciação de pedidos de Comunicação Prévia com Prazo para a prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário	25,00 €	0,00	50,99 €							X	50,99 €	49,81 €	43,05 €	0,99 €		5,77 €		1,18 €		
340	2- Receção de mera comunicação prévia - Abertura ao público e início de funcionamento das instalações desportivas, conforme art.º 16.º do Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio;	15,00 €	0,00	41,50 €							X	41,50 €	40,88 €	22,52 €	0,59 €		17,77 €		0,62 €		
341	CAPÍTULO IX																				
342	URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO																				
343	Secção I																				
344	Taxa devida pela emissão de alvará de licença ou comunicação prévia de loteamento com obras de urbanização																				
345	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.
346	1- Emissão do alvará de licença/admissão de comunicação prévia	123,65 €	0,00	136,84 €			X		3,00			X	34,21 €	22,44 €	16,15 €	0,53 €		5,77 €		11,77 €	
347	1.1- Acresce ao montante referido no número anterior:		—	—								-	—	—		0,00 €		—		—	
348	a) Por lote	12,80 €	12,80	0,00 €			X	12,80 €					0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
349	b) Por fogo	6,40 €	6,40	0,00 €			X	6,40 €					0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
350	c) Por outras unidades de utilizações – por cada m2 ou fração	0,60 €	0,60	0,00 €			X	0,60 €					0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
351	d) Por estacionamento/garagens/arrecadações	6,40 €	6,40	0,00 €			X	6,40 €					0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
352	e) Prazo inicial e 1ª prorrogação - por cada mês ou fração	10,65 €	11,00	0,00 €						X	11,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
353	2- Aditamento ao alvará de licença/Alteração de comunicação prévia	61,80 €	61,80	0,00 €			X	61,80 €					0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
354	2.1 – Acresce ao montante referido no número anterior as taxas previstas nas alíneas a), b), c), d) e e) do nº 1.1, resultante do aumento autorizado		—	—								-	—	—		0,00 €		—		—	
355	3- Prorrogação do prazo para execução de obras de urbanização em fase de acabamentos, por cada mês	21,35 €	21,35	0,00 €						X	21,35 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
356	Secção II																				
357	Taxa devida pela emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia de loteamento sem obras de urbanização																				
358	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.
359	1- Emissão do alvará de licença/admissão de comunicação prévia	93,25 €	0,00	103,99 €			X		2,50			X	29,71 €	20,12 €	13,93 €	0,43 €		5,77 €		9,59 €	
360	1.1-Acresce ao montante referido no nº anterior:		—	—								-	—	—		0,00 €		—		—	
361	a) por lote	12,80 €	12,80	0,00 €			X	12,80 €					0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
362	b) por fogo	6,40 €	6,40	0,00 €			X	6,40 €					0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
363	c) por outras unidades de utilizações - por cada m2 ou fração	0,60 €	0,60	0,00 €			X	0,60 €					0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
364	d) por estacionamento/garagens/arrecadações	6,40 €	6,40	0,00 €			X	6,40 €					0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
365	2 - Aditamento ao alvará de licença /alteração de comunicação prévia	46,90 €	46,90	0,00 €			X	46,90 €					0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
366	2.1 – Acresce ao montante referido no número anterior as taxas previstas		—	—								-	—	—		0,00 €		—		—	
367	nas alíneas a), b) c) e d) do nº 1.1, resultante do aumento autorizado		—	—								-	—	—		0,00 €		—		—	
368	Secção III																				
369	Taxa devida pela emissão de alvará de licença e admissão de comunicação prévia de obras de urbanização																				
370	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.
371	1- Emissão do alvará de licença /admissão de comunicação prévia	93,25 €	0,00	103,99 €			X		2,50			X	29,71 €	20,12 €	13,93 €	0,43 €		5,77 €		9,59 €	
372	1.1- Acresce ao montante referido no número anterior:		—	—								-	—	—		0,00 €		—		—	
373	a) Prazo inicial e 1ª prorrogação - por cada mês ou fração	10,65 €	10,65	0,00 €						X	10,65 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
374	b) Tipo de infraestruturas: redes de abastecimento de água, redes de esgotos, arruamentos, arranjos exteriores etc- por cada tipo de obra	46,90 €	46,90	0,00 €			X	46,90 €					0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	TOTAL INDEXANTE OU (II)+(III)+(IV) FUNDAMENTAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA <small>(De acordo com o art. 4.º do n.º 1.º da Lei n.º 153- E/2006, de 29 de Dezembro)</small>		I - FIXADA POR DIPLOMA LEGAL		II - BENEFÍCIO AUFERIDO PELO PARTICULAR (BAP)		II - DESINCENTIVO		III - CUSTO DA ACTIVIDADE PÚBLICA LOCAL (CAPL) = (A)+(B)+(C)	CUSTOS DIRECTOS						CUSTOS INDIRECTOS		FUTUROS INVESTIMENTOS (C)	
			Componente Variável	Componente Fixa	Base Legal	Valor	Em valor	Factor de Majoração do Custo	Em valor	Factor de Majoração do Custo		TOTAL CUSTOS DIRECTOS (1)+(2)+(3)+(4)+(5)	MÃO-DE-OBRA DIRECTA (1)	REINTEGRAÇÕES DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS (2) <small>(previsto sobre o custo subsecuente)</small>	TERCEIROS (3) <small>(previsto sobre prestações de serviços...)</small>	OUTROS CUSTOS DIRECTOS (4) <small>(previsto sobre custos de liquidação e cobrança de taxas...)</small>	CUSTOS ESPECÍFICOS TAXAS TIPO II (5)	TOTAL CUSTOS INDIRECTOS			
375	2- Aditamento ao alvará de licença/alteração de comunicação prévia	46,90 €	46.90	0,00 €			X	46.90 €				0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €			
376	2.1 - Acresce ao montante referido no número anterior as taxas previstas nas alíneas a) e b) do nº 1.1, resultante do aumento autorizado		---	---							-	---	---	0,00 €		---		---			
377	3- Prorrogação do prazo para execução de obras de urbanização em fase de acabamentos, por cada mês	10,65 €	10.65	0,00 €					X	10,65 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €			
378	Secção IV																				
379	Receção de obras de urbanização																				
380	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.
381	1- Por auto de receção provisória e de obra de urbanização	62,90 €	0,00	63,61 €								X	63,61 €	45,43 €	32,86 €	0,80 €		11,77 €		18,18 €	
382	1.1 Por lote em acumulação com o referido no número anterior	10,65 €	0,00	11,39 €								X	11,39 €	6,95 €	6,76 €	0,20 €		0,00 €		4,43 €	
383	2- Por auto de receção definitiva	63,95 €	0,00	77,31 €								X	77,31 €	54,63 €	41,87 €	1,00 €		11,77 €		22,68 €	
384	2.1- Por lote em acumulação com o referido no número anterior	10,65 €	0,00	17,15 €								X	17,15 €	12,72 €	6,76 €	0,20 €		5,77 €		4,43 €	
385	Secção V																				
386	Taxa devida pela emissão de alvará ou admissão de comunicação prévia de trabalhos de remodelação dos terrenos																				
387	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.
389	1- Emissão da respectiva licença ou admissão de comunicação prévia	30,95 €	0,00	43,41 €								X	43,41 €	29,33 €	22,94 €	0,62 €		5,77 €		14,08 €	
390	2- Acresce ao montante referido no número anterior:		---	---								-	---	---	---	0,00 €		---		---	
391	2.1 - Prazo da execução – por cada mês ou fração	12,80 €	12,80	0,00 €					X	12,80 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
392	2.1.1 – Acresce, em função da área de terreno intervencionada:		---	---								-	---	---	---	0,00 €		---		---	
393	a) Até 1000 m2	6,40 €	6,40	0,00 €		X	6,40 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
394	b) de 1001 a 5000 m2	12,80 €	12,80	0,00 €		X	12,80 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
395	c) de 5001 a 10000 m2	17,05 €	17,05	0,00 €		X	17,05 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
396	d) Acima de 10000 m2	29,85 €	29,85	0,00 €		X	29,85 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
397	Secção VI																				
398	Taxa devida pela emissão alvará de licença ou admissão de comunicação prévia para obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração																				
399	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.
400	Emissão de Alvará de licença ou admissão da comunicação prévia	61,80 €	0,00	74,28 €		X		1,50				X	29,71 €	20,12 €	13,93 €	0,43 €		5,77 €		9,59 €	
401	Acresce ao montante anterior:		---	---								-	---	---	---	0,00 €		---		---	
402	1- Habitação, por m2 de área bruta de construção	1,10 €	1,10	0,00 €		X	1,10 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
403	2- Habitação coletiva, por m2 de área bruta	1,60 €	1,60	0,00 €		X	1,60 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
404	3 - Comercio, serviços, industria e outros fins, por m2 de área bruta de construção	1,90 €	1,90	0,00 €		X	1,90 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
405	4- Prazo de execução - por cada mês ou fração	12,80 €	12,80	0,00 €					X	12,80 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
406	5- 1ª Prorrogação do prazo – por mês ou fração	12,80 €	12,80	0,00 €					X	12,80 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
407	6- 2ª Prorrogação do prazo em fase de acabamentos– por mês ou fração	13,85 €	13,85	0,00 €					X	13,85 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
408	7- Corpos salientes de construção na parte projetada sob a via pública, logradouros ou outros lugares públicos sob a administração municipal (varandas, alpendres integrados na construção, janela de sacada e semelhantes), taxas a acumular com as dos nºs anteriores por m2	37,30 €	37,30	0,00 €		X	37,30 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
409	8 – Aditamento ao alvará de licença/Alteração de comunicação prévia	31,95 €	31.95	0,00 €		X	31,95 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
410	8.1 – Acresce ao montante anterior:		---	---								-	---	---	---	0,00 €		---		---	
411	a) Em função do prazo, por cada mês ou fração	12,80 €	12,80	0,00 €					X	12,80 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
412	b) Em função da área da alterada, as constantes dos nºs 1, 2 e 3		---	---								-	---	---	---	0,00 €		---		---	
413	Secção VII																				
414	Emissão de Alvará de Licença de Demolição de Edificação																				
415	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.
416	1- Emissão do alvará	30,95 €	0,00	31,51 €		X		0,25				X	25,21 €	17,81 €	11,71 €	0,33 €		5,77 €		7,40 €	
417	1.1 Demolição de edificios e outras construções, quando não integradas em procedimento de licença (por fogo ou fração)	24,55 €	24.55	0,00 €		X	24,55 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
418	1.2 Acresce ao montante anterior por mês ou fração	12,80 €	12,80	0,00 €					X	12,80 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €		0,00 €	
419	Secção VIII																				
420	Admissão de Comunicação Prévia de Demolições de Edificações																				

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	TOTAL INDEXANTE OU II-III+IV) FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA (Ver artigo 4.º do DL 447/75, art.º 13.º, de 28 de Dezembro)		I - FIXADA POR DIPLOMA LEGAL		II - BENEFÍCIO AUFERIDO PELO PARTICULAR (BAP)				II - DESINCENTIVO		III - CUSTO DA ACTIVIDADE PÚBLICA LOCAL (CAPL) = (A)+(B)+(C)	CUSTOS DIRECTOS						CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INVESTIMENTOS (C)	
			Componente Variável	Componente Fixa	Base Legal	Valor	%	Valor	Coeficiente	%	Valor	Coeficiente		CAPL	Custos Directos	Mão-de-obra Directa	Reintegrações de bens móveis e imóveis (2) (preços de mercado e não subscritos)	Terceiros (3) (preços de mercado e não subscritos)	Outros custos directos (4) (preços de mercado e não subscritos de locação e cobrança de custos)			Custos específicos taxas tipo II (5)
421	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.	
422	1- Edifícios, por piso ou fração	30,95 €	0,00	34,21 €									X	34,21 €	22,44 €	16,15 €	0,53 €		5,77 €		11,77 €	
423	2- Outras demolições	24,55 €	24,55	5,77 €				X	24,55 €				X	5,77 €	5,77 €	0,00 €	0,00 €		5,77 €		0,00 €	
424	3- Acresce ao montante anterior, por mês ou fração	12,80 €	12,80	0,00 €						X	12,80 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €		
425	Secção IX																					
426	Emissão de Alvará de Licença de Obras de Edificação de Jazigos																					
427	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.	
428	1- Emissão de Alvará	12,80 €	0,00	19,21 €									X	19,21 €	14,72 €	8,76 €	0,20 €		5,77 €		4,49 €	
429	1.1 Acresce ao montante anterior :		---	---									-	---	---	---	0,00 €		---		---	
430	a) Por metro quadrado ou fração de área bruta de construção	3,20 €	3,20	0,00 €				X	3,20 €					0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €	
431	b) Por mês ou fração	6,40 €	6,40	0,00 €						X	6,40 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €		
432	Secção X																					
433	Emissão de Alvará de Licença de Serventias e Acessos																					
434	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.	
435	1- Apreciação do pedido	3,20 €	0,00	14,11 €									X	14,11 €	11,14 €	5,24 €	0,13 €		5,77 €		2,98 €	
436	2- Emissão de Alvará	12,80 €	0,00	19,21 €									X	19,21 €	14,72 €	8,76 €	0,20 €		5,77 €		4,49 €	
437	3- Por metro quadrado	1,10 €	1,10	0,00 €				X	1,10 €					0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €	
438	4- Em função do prazo, por mês ou fração	6,40 €	6,40	0,00 €						X	6,40 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €		
439	Secção XI																					
440	Emissão de Alvará de licença de Trabalhos que impliquem com a Segurança, Salubridade, Estética e Topografia Local																					
441	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.	
442	1- Depósitos de materiais, estaleiros e instalações a céu aberto:		---	---									-	---	---	---	0,00 €		---		---	
443	1.1 Emissão de alvará	12,80 €	0,00	30,56 €									X	30,56 €	21,64 €	15,48 €	0,39 €		5,77 €		8,92 €	
444	1.1.1 Acresce ao montante anterior:		---	---									-	---	---	---	0,00 €		---		---	
445	a) Por metro quadrado	3,20 €	3,20	0,00 €				X	3,20 €					0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €	
446	Secção XII																					
447	Emissão de Alvará de Licença Parcial																					
448	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.	
449	1- Licença de construção de estrutura, cumulativamente:		---	---									-	---	---	---	0,00 €		---		---	
450	a) Emissão do alvará de licença	31,95 €	0,00	34,21 €									X	34,21 €	22,44 €	16,15 €	0,53 €		5,77 €		11,77 €	
451	b) Prazo de execução por mês ou fração	2,10 €	2,10	0,00 €						X	2,10 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €		
452	c) 30% da taxa devida pela emissão do alvará de licença definitivo		---	---									-	---	---	---	0,00 €		---		---	
453	Secção XIII																					
454	Renovação de Alvará de licenciamento																					
455	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.	
456	1- Emissão de alvará	61,80 €	0,00	68,42 €				X		1,00			X	34,21 €	22,44 €	16,15 €	0,53 €		5,77 €		11,77 €	
457	1.1- Acresce ao montante anterior:		---	---									-	---	---	---	0,00 €		---		---	
458	a) por cada mês ou fração	12,80 €	12,80	0,00 €						X	12,80 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €		
459	b) 30% do valor do alvará caducado		---	---									-	---	---	---	0,00 €		---		---	
460	Secção XIV																					
461	Renovação de admissão de comunicação prévia																					
462	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.	
463	1- Renovação de admissão de comunicação prévia		---	---									-	---	---	---	0,00 €		---		---	
464	a) por cada mês ou fração	12,80 €	12,80	0,00 €						X	12,80 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €		
465	b) 30% do valor pago na admissão da comunicação prévia caducada		---	---									-	---	---	---	0,00 €		---		---	
466	Secção XV																					
467	Licença Especial ou Comunicação Prévia Relativa a Obras Inacabadas																					
468	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.	

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	TOTAL INDEXANTE OU II-III+IV) FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA (De acordo com o art.º 4.º da Lei nº 13- E/2006, de 29 de Dezembro)		I - FIXADA POR DIPLOMA LEGAL		II - BENEFÍCIO AUFERIDO PELO PARTICULAR (BAP)		II - DESINCENTIVO		III - CUSTO DA ACTIVIDADE PÚBLICA LOCAL (CAPL) = (A)+(B)+(C)	CUSTOS DIRECTOS							CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INVESTIMENTOS (C)	
			Componente Variável	Componente Fixa	Base Legal	Valor	Em valor	Factor de Majoração do Custo	Em valor	Factor de Majoração do Custo		TOTAL CUSTOS DIRECTOS (A) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)	MÃO-DE-OBRA DIRECTA (1)	REINTEGRAÇÕES DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS (2) (preços de mercado e não subscritos)	TERCEIROS (3) (preços de mercado e não subscritos)	OUTROS CUSTOS DIRECTOS (4) (preços de mercado e não subscritos)	CUSTOS ESPECÍFICOS TAXAS TIPO II (5)	TOTAL CUSTOS INDIRECTOS			
469	1 - Emissão de licença especial para conclusão de obras inacabadas		---	---							-	---	---	---	0,00 €	---	---	---	---	---	---
470	1.1- Obras de urbanização	93,80 €	0,00	102,33 €				X		1,75			X	37,21 €	23,98 €	17,62 €	0,59 €		5,77 €		13,23 €
471	1.2- Remodelação de terrenos	31,95 €	0,00	37,21 €									X	37,21 €	23,98 €	17,62 €	0,59 €		5,77 €		13,23 €
472	1.3- Obras de edificação	61,80 €	0,00	65,12 €				X		0,75			X	37,21 €	23,98 €	17,62 €	0,59 €		5,77 €		13,23 €
473	1.4- Demolição	29,85 €	0,00	37,21 €									X	37,21 €	23,98 €	17,62 €	0,59 €		5,77 €		13,23 €
474	2- Acresce ao montante anterior, por cada mês ou fração	12,80 €	12,80	0,00 €					X	12,80 €				0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €
475	Secção XVI																				
476	Vistorias																				
477	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.
478	1- Vistoria a realizar para efeitos de emissão de autorização de e suas alterações de utilização		---	---									-	---	---	0,00 €		---		---	
479	1.1- Para habitação	31,95 €	0,00	63,61 €									X	63,61 €	45,43 €	32,86 €	0,80 €		11,77 €		18,18 €
480	1.2- Para comércio, serviços	61,80 €	0,00	70,46 €									X	70,46 €	50,03 €	37,36 €	0,90 €		11,77 €		20,43 €
481	1.3- Para armazéns, indústria	63,95 €	0,00	77,31 €									X	77,31 €	54,63 €	41,87 €	1,00 €		11,77 €		22,68 €
482	1.4- Para frações destinadas a garagem/arrumos	16,00 €	0,00	56,76 €									X	56,76 €	40,83 €	28,36 €	0,70 €		11,77 €		15,93 €
483	1.5- Por cada fogo ou unidade de ocupação em acumulação com os montantes referidos nos nºs anteriores	12,25 €	17,92	0,00 €									X	17,92 €	13,47 €	7,51 €	0,20 €		5,77 €		4,45 €
484	2- Vistorias para efeitos de emissão de alvará de autorização de utilização e suas alterações, de estabelecimentos previstos em legislação específica, por cada:		---	---									-	---	---	0,00 €		---		---	
485	2.1- De restauração ou de bebidas	104,50 €	0,00	106,93 €									X	106,93 €	73,14 €	59,88 €	1,49 €		11,77 €		33,79 €
486	2.2- De comércio alimentar, não alimentar e de prestação de serviços.	105,50 €	0,00	106,93 €									X	106,93 €	73,14 €	59,88 €	1,49 €		11,77 €		33,79 €
487	2.3- De Empreendimentos hoteleiros	106,60 €	0,00	106,93 €									X	106,93 €	73,14 €	59,88 €	1,49 €		11,77 €		33,79 €
488	2.4- Por cada estabelecimento comercial, de restauração ou de bebidas serviços e por quarto, em acumulação com o montante previstos no número anterior	12,80 €	13,06	0,00 €									X	13,06 €	10,39 €	4,50 €	0,12 €		5,77 €		2,67 €
489	3- Vistoria para efeitos de pedidos de receção provisória ou definitiva	63,95 €	0,00	70,46 €									X	70,46 €	50,03 €	37,36 €	0,90 €		11,77 €		20,43 €
490	3.1- Nos loteamentos, acresce no montante referido no nº anterior, por cada lote	5,30 €	6,08	0,00 €									X	6,08 €	3,85 €	3,75 €	0,10 €		0,00 €		2,23 €
491	4- Outras vistorias não previstas nos nºs anteriores	63,95 €	0,00	106,93 €									X	106,93 €	73,14 €	59,88 €	1,49 €		11,77 €		33,79 €
492	Secção XVII																				
493	Emissão de Alvará de autorização de utilização e suas alterações																				
494	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.
495	1- Emissão de alvará de autorização de utilização e suas alterações		---	---									-	---	---	0,00 €		---		---	
496	a) Por fogo	62,90 €	0,00	66,63 €									X	66,63 €	45,73 €	39,04 €	0,92 €		5,77 €		20,90 €
497	b) Comércio	93,80 €	0,00	96,31 €									X	96,31 €	65,67 €	58,56 €	1,35 €		5,77 €		30,64 €
498	c) Serviços	93,80 €	0,00	96,31 €									X	96,31 €	65,67 €	58,56 €	1,35 €		5,77 €		30,64 €
499	d) Indústria	63,95 €	0,00	66,63 €									X	66,63 €	45,73 €	39,04 €	0,92 €		5,77 €		20,90 €
500	e) Outros fins	63,95 €	0,00	66,63 €									X	66,63 €	45,73 €	39,04 €	0,92 €		5,77 €		20,90 €
501	2- Emissão de alvará de utilização ou suas alterações, por cada estabelecimento previsto em legislação específica:		---	---									-	---	---	0,00 €		---		---	
502	a) De bebidas	124,75 €	0,00	128,59 €			X		0,75				X	73,48 €	50,33 €	43,55 €	1,02 €		5,77 €		23,15 €
503	b) De restauração	155,65 €	0,00	165,22 €			X		1,00				X	82,61 €	56,47 €	49,55 €	1,15 €		5,77 €		26,14 €
504	c) De restauração e de bebidas	186,55 €	0,00	192,62 €			X		1,00				X	96,31 €	65,67 €	58,56 €	1,35 €		5,77 €		30,64 €
505	d) De restauração e bebidas com dança	314,50 €	0,00	325,04 €			X		1,00				X	162,52 €	110,15 €	102,08 €	2,30 €		5,77 €		52,37 €
506	e) Outros Fins	186,55 €	0,00	192,62 €			X		1,00				X	96,31 €	65,67 €	58,56 €	1,35 €		5,77 €		30,64 €
507	2.2- Emissão de Alvará de Utilização e suas alterações por cada estabelecimento de comercio alimentar, não alimentar e de prestação de serviços	186,55 €	0,00	192,62 €			X		1,00				X	96,31 €	65,67 €	58,56 €	1,35 €		5,77 €		30,64 €
508	2.3- Emissão de Alvará de Utilização e suas alterações por cada estabelecimento hoteleiro e meio complementar de alojamento turístico	314,50 €	0,00	325,04 €			X		1,00				X	162,52 €	110,15 €	102,08 €	2,30 €		5,77 €		52,37 €
509	3- Acresce ao montante referido nos números anteriores por cada 50 m2 de área bruta ou fração	12,80 €	12,00	23,94 €			X	12,00 €					X	23,94 €	14,36 €	13,93 €	0,43 €		0,00 €		9,59 €
510	Secção XVIII																				
511	Operações de destaque																				
512	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	C. VARIÁVEL	C. FIXA	BASE LEGAL	VALOR	%	VALOR	COEFICIENTE	%	VALOR	COEFICIENTE	CAPL	CUSTOS DIRECTOS	MÃO-DE-OBRA DIRECTA	REINTEGRAÇÕES	TERCEIROS	OUTROS C. DIRECTOS	CUSTOS ESPECÍFICOS	CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INV.
513	1- Por pedido ou reapreciação	31,95 €	0,00	52,61 €									X	52,61 €	39,13 €	26,77 €	0,59 €		11,77 €		13,48 €

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	TOTAL INDEXANTE OU II+III+IV) FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA (De acordo com o art. 4.º e 7.º da Lei nº 13- 2006, de 29 de Dezembro)		I - FIXADA POR DIPLOMA LEGAL		II - BENEFÍCIO AUFERIDO PELO PARTICULAR (BAP)		II - DESINCENTIVO		III - CUSTO DA ACTIVIDADE PÚBLICA LOCAL (CAPL) = (A)+(B)+(C)	CUSTOS DIRECTOS						CUSTOS INDIRECTOS	FUTUROS INVESTIMENTOS (C)		
			Componente Variável	Componente Fixa	Base Legal	Valor	Em valor	Factor de Majoração do Custo	Em valor	Factor de Majoração do Custo		TOTAL CUSTOS DIRECTOS (A) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)	MÃO-DE-OBRA DIRECTA (1)	REINTEGRAÇÕES DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS (2) (preço de venda x coef. de redução)	TERCEIROS (3) (valor das prestações de serviços...)	OUTROS CUSTOS DIRECTOS (4) (preços dos custos de localização e obra de serviços...)	CUSTOS ESPECÍFICOS TAXAS TIPO II (5)			TOTAL CUSTOS INDIRECTOS	
514	2- Pela emissão de certidão de aprovação	63,95 €	0,00	64,48 €				X		2,00			X	21,49 €	16,26 €	10,26 €	0,23 €			5,77 €	5,24 €
515	Secção XIX																				
516	Propriedade horizontal																				
517	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL																				
518	1- Por pedido e apreciação	37,30 €	0,00	52,61 €								X	52,61 €	39,13 €	26,77 €	0,59 €			11,77 €	13,48 €	
519	2- Por emissão de certidão	69,30 €	0,00	69,86 €			X		2,25			X	21,49 €	16,26 €	10,26 €	0,23 €			5,77 €	5,24 €	
520	2.1 - Por fração em acumulação com o montante referido no nº anterior	12,80 €	12,80	0,00 €			X	12,80 €					0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €	0,00 €	
521	Secção XX																				
522	Compropriedade																				
523	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL																				
524	1- Por pedido e apreciação	10,65 €	0,00	26,06 €								X	26,06 €	19,32 €	13,26 €	0,30 €			5,77 €	6,74 €	
525	2- Por emissão de certidão	21,35 €	0,00	21,49 €								X	21,49 €	16,26 €	10,26 €	0,23 €			5,77 €	5,24 €	
526	Secção XXI																				
527	Informação prévia																				
528	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL																				
529	1- Pedido de informação prévia relativa à possibilidade de realização de operações de loteamento/obras de urbanização :		---	---								-	---	---	---	0,00 €			---	---	
530	a) Inferiores a 5000m2	63,95 €	0,00	70,16 €								X	70,16 €	52,12 €	38,06 €	0,79 €			13,27 €	18,04 €	
531	b) Entre 5001 m2 e 10000m2	95,95 €	0,00	97,55 €								X	97,55 €	70,52 €	56,08 €	1,18 €			13,27 €	27,03 €	
532	c) Em área superior a 1ha por fração e acumulada com o montante previsto na alínea anterior	63,95 €	0,00	70,16 €								X	70,16 €	52,12 €	38,06 €	0,79 €			13,27 €	18,04 €	
533	2- Pedido de informação prévia sobre a possibilidade de realização de obras de edificação	37,30 €	0,00	63,31 €								X	63,31 €	47,52 €	33,56 €	0,69 €			13,27 €	15,79 €	
534	3- Pedido de informação prévia relativa a alteração de utilização	16,00 €	0,00	61,03 €								X	61,03 €	45,98 €	32,06 €	0,66 €			13,27 €	15,04 €	
535	4- Outros pedidos de informação prévia	42,65 €	0,00	65,59 €								X	65,59 €	49,05 €	35,06 €	0,72 €			13,27 €	16,54 €	
536	Secção XXII																				
537	Ocupação da via pública por motivo de obra																				
538	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL																				
539	1- Tapumes ou outros resguardos, por mês e por m2 da superfície do espaço público ocupado	2,10 €	2,00	21,10 €					X	2,00 €		X	21,10 €	20,08 €	14,05 €	0,26 €			5,77 €	1,02 €	
540	2- Andaimos, por mês e por m2 da superfície do domínio público ocupado	3,20 €	3,00	21,10 €					X	3,00 €		X	21,10 €	20,08 €	14,05 €	0,26 €			5,77 €	1,02 €	
541	3- Gruas, guindastes ou similares colocados no espaço público ou que se projetem sobre espaço público, por mês e por unidade	31,95 €	32,00	24,41 €					X	32,00 €		X	24,41 €	23,15 €	17,05 €	0,33 €			5,77 €	1,26 €	
542	4- Outras ocupações por m2 da superfície de domínio público ocupado e por mês	9,60 €	9,00	21,10 €					X	9,00 €		X	21,10 €	20,08 €	14,05 €	0,26 €			5,77 €	1,02 €	
543	Secção XXIII																				
544	Assuntos Administrativos																				
545	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL																				
546	1- Apreciação de pedidos de licenciamento ou admissão de comunicação prévia de obras de urbanização	53,30 €	0,00	62,58 €								X	62,58 €	59,82 €	47,07 €	0,99 €			11,77 €	2,76 €	
547	2- Apreciação de pedidos de licenciamento ou admissão de comunicação prévia de obras de edificação	10,65 €	0,00	47,96 €								X	47,96 €	46,02 €	33,56 €	0,69 €			11,77 €	1,95 €	
548	3- Apreciação de pedidos de licenciamento ou admissão de comunicação prévia de operações de loteamento	53,30 €	0,00	62,58 €								X	62,58 €	59,82 €	47,07 €	0,99 €			11,77 €	2,76 €	
549	4- Apreciação de pedido de informação sobre os instrumentos de desenvolvimento territorial em vigor para determinada área do Município, bem como das demais condições gerais a que devem obedecer as operações urbanísticas	5,30 €	0,00	22,48 €								X	22,48 €	21,61 €	15,55 €	0,30 €			5,77 €	0,87 €	
550	6- Apreciação de pedido de informação sobre o estado e andamento dos processos, com especificação dos atos já praticados e dos respectivo conteúdo, e daqueles que ainda devam sê-lo, bem como dos prazos aplicáveis a estes últimos	5,30 €	0,00	12,64 €								X	12,64 €	12,22 €	6,29 €	0,16 €			5,77 €	0,42 €	
551	7- Averbamentos por substituição do requerente ou comunicante, do responsável por qualquer dos projetos apresentados ou diretor técnico da obra, do empreiteiro ou industrial de construção civil, por cada	30,95 €	0,00	33,68 €			X		1,00			X	16,84 €	16,08 €	9,99 €	0,33 €			5,77 €	0,76 €	
552	8- Certidões:		---	---								-	---	---	---	0,00 €			---	---	
553	8.1- Certidão de localização de indústrias e outros empreendimentos	63,95 €	0,00	66,85 €			X		1,00			X	33,43 €	32,05 €	19,73 €	0,56 €			11,77 €	1,37 €	
554	8.2- Outras certidões	34,15 €	0,00	37,88 €								X	37,88 €	36,39 €	24,06 €	0,56 €			11,77 €	1,49 €	
555	8.2.1 – Por folha, em acumulação com o montante referido no nº anterior	3,20 €	0,00	3,45 €								X	3,45 €	3,20 €	3,09 €	0,11 €			0,00 €	0,25 €	
556	9- Declarações	31,95 €	0,00	37,88 €								X	37,88 €	36,39 €	24,06 €	0,56 €			11,77 €	1,49 €	
557	9.1 – Por folha, em acumulação com o montante referido no nº anterior	2,70 €	0,00	3,29 €								X	3,29 €	3,20 €	3,09 €	0,11 €			0,00 €	0,08 €	

N.º ORDEM	DESCRIÇÃO / DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA	TOTAL INDEXANTE OU II-III+IV) FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA <small>(De acordo com o art. 4.º e 7.º da Lei n.º 13- E/2006, de 29 de Dezembro)</small>		I - FIXADA POR DIPLOMA LEGAL		II - BENEFÍCIO AUFERIDO PELO PARTICULAR (BAP)		II - DESINCENTIVO		III - CUSTO DA ACTIVIDADE PÚBLICA LOCAL (CAPL) = (A)+(B)+(C)	CUSTOS DIRECTOS						CUSTOS INDIRECTOS		FUTUROS INVESTIMENTOS (C)
			Componente Variável	Componente Fixa	Base Legal	Valor	Em valor	Factor de Majoração do Custo	Em valor	Factor de Majoração do Custo		TOTAL CUSTOS DIRECTOS (1)+(2)+(3)+(4)+(5)	MÃO-DE-OBRA DIRECTA (1)	REINTEGRAÇÕES DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS (2) <small>(preço de abate e custo de aquisição)</small>	TERCEIROS (3) <small>(preço de prestação de serviços...)</small>	OUTROS CUSTOS DIRECTOS (4) <small>(preço de custo de localização e cobrança de serviços...)</small>	CUSTOS ESPECÍFICOS TAXAS TIPO II (5)	TOTAL CUSTOS INDIRECTOS		
558	10- Fotocópia simples de peças escritas, por folha	0,50 €	0,50	3,48 €		X	0,50 €				X	3,48 €	3,42 €	0,96 €	0,02 €		2,44 €	0,06 €		
559	10.1- Fotocópia autenticada de peças escritas, por folha	1,60 €	1,50	3,31 €		X	1,50 €				X	3,31 €	3,27 €	0,82 €	0,01 €		2,44 €	0,04 €		
560	11- Cópia simples de peças desenhadas A4	0,60 €	0,60	3,31 €		X	0,60 €				X	3,31 €	3,27 €	0,82 €	0,01 €		2,44 €	0,04 €		
561	11.1- Cópia simples de peças desenhadas, por folha e noutros formatos:		—	—							-	—	—	—	0,00 €		—	—		
562	a) Formato A3	0,90 €	0,80	3,31 €		X	0,80 €				X	3,31 €	3,27 €	0,82 €	0,01 €		2,44 €	0,04 €		
563	b) Formato superior	3,70 €	3,70	3,31 €		X	3,70 €				X	3,31 €	3,27 €	0,82 €	0,01 €		2,44 €	0,04 €		
564	12- Cópia autenticada de peças desenhadas, por folha e de formato A4	1,60 €	1,60	3,31 €		X	1,60 €				X	3,31 €	3,27 €	0,82 €	0,01 €		2,44 €	0,04 €		
565	12.1- Cópia autenticada de peças desenhadas, por folha, noutros formatos:		—	—							-	—	—	—	0,00 €		—	—		
566	a) Formato A3	1,70 €	1,70	3,31 €		X	1,70 €				X	3,31 €	3,27 €	0,82 €	0,01 €		2,44 €	0,04 €		
567	b) Formato superior	5,30 €	5,30	3,31 €		X	5,30 €				X	3,31 €	3,27 €	0,82 €	0,01 €		2,44 €	0,04 €		
568	13- Autenticação de documentos por folha	1,10 €	1,10	3,31 €		X	1,10 €				X	3,31 €	3,27 €	0,82 €	0,01 €		2,44 €	0,04 €		
569	14- Plantas topográficas de localização, por folha e de formato A4	3,70 €	3,70	3,31 €		X	3,70 €				X	3,31 €	3,27 €	0,82 €	0,01 €		2,44 €	0,04 €		
570	14.1- Plantas topográficas de localização, por folha noutros formatos:		—	—							-	—	—	—	0,00 €		—	—		
571	a) Formato A3	4,30 €	4,30	3,31 €		X	4,30 €				X	3,31 €	3,27 €	0,82 €	0,01 €		2,44 €	0,04 €		
572	b) Formato superior	6,40 €	6,40	3,31 €		X	6,40 €				X	3,31 €	3,27 €	0,82 €	0,01 €		2,44 €	0,04 €		
573	15- Plantas topográficas de localização, em qualquer escala, em suporte informático	13,85 €	13,85	3,31 €		X	13,85 €				X	3,31 €	3,27 €	0,82 €	0,01 €		2,44 €	0,04 €		
574	16- Ficha técnica de habitação:		—	—							-	—	—	—	0,00 €		—	—		
575	a) Depósito de ficha técnica da habitação	18,15 €	0,00	18,17 €		X		1,75			X	6,61 €	6,54 €	0,74 €	0,03 €		5,77 €	0,07 €		
576	b) Emissão de 2ª via da ficha técnica da habitação	28,75 €	0,00	31,60 €		X		2,00			X	10,53 €	10,20 €	4,29 €	0,14 €		5,77 €	0,33 €		
577	17- Cartografia impressa:		0,00	10,53 €							X	10,53 €	10,20 €	4,29 €	0,14 €		5,77 €	0,33 €		
578	a) Vetorial		0,00	10,53 €							X	10,53 €	10,20 €	4,29 €	0,14 €		5,77 €	0,33 €		
579	i) Cartografia de base		0,00	10,53 €							X	10,53 €	10,20 €	4,29 €	0,14 €		5,77 €	0,33 €		
580	. Formato A4	3,70 €	0,00	49,50 €		X		3,70			X	10,53 €	10,20 €	4,29 €	0,14 €		5,77 €	0,33 €		
581	. Formato A3	4,00 €	0,00	52,66 €		X		4,00			X	10,53 €	10,20 €	4,29 €	0,14 €		5,77 €	0,33 €		
582	ii) Cartografia de pormenor		0,00	10,53 €							X	10,53 €	10,20 €	4,29 €	0,14 €		5,77 €	0,33 €		
583	. Formato A4	7,40 €	0,00	88,47 €		X		7,40			X	10,53 €	10,20 €	4,29 €	0,14 €		5,77 €	0,33 €		
584	. Formato A3	8,00 €	0,00	94,79 €		X		8,00			X	10,53 €	10,20 €	4,29 €	0,14 €		5,77 €	0,33 €		
585	b) Raster		0,00	10,53 €							X	10,53 €	10,20 €	4,29 €	0,14 €		5,77 €	0,33 €		
586	i) Formato A4	15,00 €	0,00	168,52 €		X		15,00			X	10,53 €	10,20 €	4,29 €	0,14 €		5,77 €	0,33 €		
587	ii) Formato A3	30,00 €	0,00	326,50 €		X		30,00			X	10,53 €	10,20 €	4,29 €	0,14 €		5,77 €	0,33 €		
588	18- Cartografia digital		0,00	10,53 €							X	10,53 €	10,20 €	4,29 €	0,14 €		5,77 €	0,33 €		
589	a) Vetorial e por shapefile		0,00	10,53 €							X	10,53 €	10,20 €	4,29 €	0,14 €		5,77 €	0,33 €		
590	i) Cartografia de base	15,00 €	0,00	168,52 €		X		15,00			X	10,53 €	10,20 €	4,29 €	0,14 €		5,77 €	0,33 €		
591	ii) Cartografia de pormenor	750,00 €	0,00	7 909,79 €		X		750,00			X	10,53 €	10,20 €	4,29 €	0,14 €		5,77 €	0,33 €		